

CÉLIA MARQUES DE OLIVEIRA

PRISCILA IAVOLSKI PEREIRA

O GEORREFERENCIAMENTO COMO INSTRUMENTO PARA OS PROCESSOS  
TÉCNICOS INTERVENTIVOS DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO  
TRABALHO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Pará - Setor Litoral,  
como requisito parcial para a obtenção do grau  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Antônio Sandro Schuartz.

Co-Orientador: Professor Msc Ricardo  
Rodrigues Monteiro

MATINHOS

2010

CÉLIA MARQUES DE OLIVEIRA

PRISCILA IAVOLSKI PEREIRA

O GEORREFERENCIAMENTO COMO INSTRUMENTO PARA OS PROCESSOS  
TÉCNICOS INTERVENTIVOS DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO  
TRABALHO INFANTIL

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Especialista Antonio Sandro Schuartz

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Orientador

---

Prof. Msc. Diomar Augusto de Quadros

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Examinador

---

Prof. Msc. Ricardo Rodrigues Monteiro

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Examinador

MATINHOS

2010

A informação é tudo. Se você sabe mais que todos, pensou mais a respeito e assinalou o que realmente importa no seu negócio, você terá sucesso. Mas é preciso encontrar a hora certa para mostrar às pessoas seus conhecimentos. Se os demonstrar apenas para impressionar os superiores não vai funcionar. Use seu conhecimento e sua perspicácia apenas para desempenhar bem as suas funções. E não importa o que os outros digam sobre o panorama geral, lembre-se de que Deus está nos detalhes.

*KLEIN, J.*

Dedicamos este trabalho ao orientador professor Antonio Sandro Schuartz que nos possibilitou repensar todos os nossos ideais e convicções e as nossas práticas, além disso, sempre nos apoiou na busca incessante por nossos objetivos.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos a Deus, as nossas famílias, aos professores e nossos colegas que no decorrer do curso nos deram apoio, estenderam o ombro amigo e nos ajudaram a atravessar a linha de chegada.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>13</b>
2.1. OBJETIVO GERAL.....	13
2.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL, A PRODUÇÃO DE DADOS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>14</b>
3.1. A GESTÃO DO CONHECIMENTO: DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....	14
3.1.2 Os instrumentais técnico-interventivos no Serviço Social.....	17
3.1.3 A sociedade em rede e os desafios ao Serviço Social.....	19
3.1.4 A gestão do conhecimento: Dado, Informação e Conhecimento.....	20
3.1.5 O Georreferenciamento .....	22
<b>4 PROPOSTAS INTERVENTIVAS COM BASE NOS MAPAS GERADOS A PARTIR DO GEORREGERENCIAMENTO .....</b>	<b>25</b>
4.1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL .....	25
4.1.2 Especificidade do Serviço Social no PETI-A.....	27
<b>5 - METODOLOGIA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS.....</b>	<b>29</b>
<b>6 ALGUMAS PROPOSIÇÕES A PARTIR DOS MAPAS PRODUZIDOS.....</b>	<b>31</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>45</b>

## Resumo

O número de programas efetivados em prol da população mais necessitada avança vertiginosamente. No entanto, é importante ressaltar aspectos alusivos à infraestrutura destes programas e da instrumentalização de seus profissionais para que o sucesso seja verdadeiramente alcançado. Não basta apenas existir o programa, mas é necessário que ele seja eficaz ao fornecer elementos e subsídios capazes de favorecer seus usuários. Assim, espera-se que ocorra com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), pois se faz necessário que os cidadãos de bem se aliem e trabalhem para proteger e fazer com que os menores não troquem os bancos escolares por atividades profissionais, mas é imprescindível haver um estudo de causa e uma constante renovação de dados para que as oportunidades aos menores e também as suas famílias mostrem avanços e que seja alcançada uma verdadeira transformação no quadro social atual.

Palavras-chave: Programas assistenciais, PETI, trabalho infantil, georreferenciamento.

## 1. INTRODUÇÃO

O vínculo com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – aqui denominado de PETI-A, em um município do litoral do Paraná, se deu por ocasião da realização do estágio curricular obrigatório em Serviço Social, iniciado em junho de 2009. Tal processo foi antecedido de um contato prévio com a Assistente Social da instituição para a negociação das vagas, aproximação e reconhecimento do espaço institucional. Após os primeiros encontros de aproximação foi solicitada à Secretaria Municipal da Assistência Social a efetivação das vagas. Estas foram oficializadas a partir do Termo de Compromisso assinado entre a UFPR/Setor Litoral e a Secretaria Municipal de Assistência.

Uma vez estagiando no PETI-A passamos a acompanhar o cotidiano daquele Programa. Dessa forma, foi possível colaborar, sob supervisão, nas atividades internas desenvolvidas pelo Serviço Social, tais como: elaboração de atividades para as crianças e adolescentes, reuniões com os pais, elaboração de relatórios, dinâmicas de grupos, visitas domiciliares, participação em reuniões dos conselhos gestores de políticas, entre outras. Esse envolvimento em diferentes atividades possibilitou uma maior aproximação com a realidade, bem como possibilitou o exercício de atividades técnico-interventivas, as quais contribuíram para as reflexões teórico-metodológicas sobre a realidade que nos cercava.

A partir das atividades realizadas, quer com as crianças e adolescentes inscritas no programa, quer com seus familiares foi possível nos darmos conta de alguns limites do PETI-A. Estes limites foram divididos em duas áreas específicas: espacial e interventivo.

No primeiro caso, configura-se a questão da estrutura da sede onde se desenvolve o Projeto e o número de participantes, formando um grupo de mais ou menos sessenta crianças e adolescentes. Nos momentos de maior concentração notou-se a dificuldade em acomodar o grupo como um todo, ou ainda, a falta de salas que permitissem a realização de atividades por faixa etária, o que poderia favorecer, em nosso entender, uma maior adesão dessas crianças e adolescentes às oficinas e trabalhos oferecidos. Outra situação verificada, ainda em relação à questão estrutural, é o fato de não se poder contar com um campo ou quadra para atividades físicas a serem desenvolvidas com essas crianças.

Entre as suas prerrogativas o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil prevê a promoção social das famílias nele inseridas. Esta promoção exige a realização de diferentes atividades voltadas à qualificação dessas famílias no sentido de auferirem uma renda alternativa, o que pode vir a acontecer a partir da participação em alguma oficina formativa. Todavia, constatou-se que dada a exiguidade do espaço da sede, isso comprometeria as ações que viessem a ser organizadas e ofertadas, ou mesmo impediria a sua realização pelo fato de demandar recursos específicos, quando considerado o levantamento realizado com essas famílias sobre os cursos que teriam interesse em participar.

Além das constatações acima, surgiram mais duas. Uma apontava para a falta de conhecimento por parte do Serviço Social sobre as diferentes instituições, públicas ou privadas, que pudessem vir a compor uma rede de parceiros do PETI-A. A outra era na verdade um desdobramento dessa primeira, pois demandava um conhecimento sobre as famílias cadastradas no Programa em relação à localização de suas residências. As duas situações colocavam-se como importante, uma vez que se pretendia ampliar as ações técnico-interventivas no que diz respeito à promoção social dos usuários do PETI-A.

Dessa forma, algumas questões foram levantadas, as quais acabariam norteando as ações do processo interventivo, sendo elas: qual a localização geográfica das residências dos usuários do PETI?; Quais as possíveis instituições/empresas que poderiam formar uma rede de parceiros do PETI-A?; Que outros espaços poderiam ser “extensões” do PETI-A?; Em relação às famílias atendidas, quais os principais bairros com maior índice de trabalho infantil?

Em busca de respostas e proposições para o PETI-A, decidimos que o resultado de toda a nossa passagem pela unidade se daria a partir de um processo de cunho investigativo que trouxesse contribuições aos avanços dos processos técnico-interventivos do Serviço Social, bem como assegurasse a garantia de diferentes ações, entre elas: a garantia dos direitos dos usuários, a realização de atividades que estivessem de acordo com os interesses das pessoas assistidas pelo programa, parceria entre o PETI-A e as diferentes instituições no sentido de se obter suporte às ações a serem desenvolvidas.

Neste sentido, definimos como objetivo geral para este trabalho propor ações técnico-interventivas para o Serviço Social do PETI-A a partir do georreferenciamento das residências da população usuária do programa e das

diferentes instituições sócio-assistenciais existentes no município. Certamente que tal tarefa exigiu a execução de outras ações, tais como: identificar através do georrefecimento o endereço das famílias inseridas no PETI-A, georreferenciar as principais instituições sócio-assistenciais existentes no município e os serviços oferecidos e elaborar mapas que possibilitassem o cruzamento de diferentes informações sobre os usuários do PETI-A, em seus diferentes aspectos sociais e econômicos. Tais ações balizaram, portanto, nossos objetivos específicos.

Para tanto, partimos para a sistematização dos dados existente sobre os usuários da Unidade do PETI em que estagiávamos, pois acreditávamos que deveríamos agregar a tais dados um valor a mais, capaz contribuir para a produção de conhecimento sobre essa realidade. Dessa forma, buscamos primeiramente elaborar planilhas que nos permitissem obter maiores informações sobre as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. E, considerando que o enfrentamento à questão do trabalho infantil não poderia ser realizado unicamente no interior da Unidade PETI, partimos em busca de possíveis parceiros para as ações futuras.

Desta forma, no presente estudo se utilizou o georreferenciamento enquanto um instrumento que foi agregado aos processos técnico-interventivos do Serviço Social. A partir dele se conseguiu reconhecer a distribuição geográfica dos usuários do Peti-A, crianças e adolescentes ali vinculados e suas respectivas famílias. Além disso, foi possível identificar as diferentes instituições sociais existentes no município de forma a se articular um trabalho em rede no que tange ao enfrentamento do trabalho infantil na localidade pesquisada.

Todavia, entende-se que as revoluções tecnológicas vividas pela sociedade nos últimos trinta anos ofereceram acesso a inúmeras tecnologias da informação, as quais facilitam a produção do conhecimento sobre uma determinada população, como no caso da Política Nacional de Assistência (PNAS) e os programas para a gestão de dados no SUAS- Sistema Único de Assistência Social . Neste sentido, ousamos agregar aos nossos processos de investigação o georreferenciamento que é uma ferramenta de trabalho que resolve questões e problemas através de um sistema informatizado, utilizando técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica e vem dando procuras na área de cartografia possibilitando uma melhor visão de uma determinada região e para a identificação dos usuários e parceiros do PETI-A.

Portanto, o trabalho que aqui apresentamos se pautou na tentativa de trazer à tona um processo inovador para as intervenções do Serviço Social no espaço pesquisado. Buscamos com a pesquisa agregar outras possibilidades às situações técnico-interventivas do Serviço Social. Somado aos demais instrumentais utilizados pela profissão em seu cotidiano, acreditamos que o georreferenciamento, enquanto uma tecnologia de informação, é capaz de apontar estratégias para a implantação de ações em rede, bem como de oferecer subsídios para um salto qualitativo nos processos técnico-interventivos a esta que é uma das mazelas da questão social, o trabalho infantil.

E, mesmo diante dos limites que este trabalho possa apresentar, entendemos que o seu resultado, especialmente a partir dos mapas elaborados, pode vir a servir de modelo para ações desenvolvidas pelo Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Esta análise, como já foi dito acima, é resultado da nossa imersão no PETI/A e a sua elaboração se deu a partir das vivências no programa, das ações interventivas e dos estudos teóricos realizados. Assim, dividimos o presente trabalho em dois capítulos. No primeiro, trazemos uma revisão de literatura sobre o Serviço Social, os instrumentais técnico-interventivos na profissão, a sociedade em rede e georreferenciamento. No segundo capítulo apresentamos o contexto da unidade do PETI-A, a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho e os mapas produzidos. Na sequência, trazemos algumas sugestões de ações para as intervenções do Serviço Social, a partir dos dados sistematizados. E encerrando o capítulo, há as considerações finais deste trabalho.

Cabe neste momento inicial um alerta aos leitores. Por se tratar de um trabalho que nos iniciou aos processos da pesquisa, por certo ele apresenta limitações ou mesmo contradições. Entende-se que tais situações permeiam as iniciativas daqueles que ousam trazer o novo, o inusitado ou mesmo novos caminhos que ofereçam um salto qualitativo aos processos interventivos realizados no cotidiano do Assistente Social.

Neste sentido, alerta-se aos leitores que a revisão de literatura aqui apresentada, especialmente sobre o tema gestão do conhecimento, foi pinçada da área organizacional. Ainda que não concordemos com os objetivos e interesses com que é aplicada a gestão do conhecimento às organizações, tomamos emprestados alguns conceitos, os quais, em nosso entender, podem vir a ser apropriados nos

processo de sistematização da informação pelo Serviço Social em seu cotidiano operacional.

Portanto, queremos chamar a atenção para o fato de que o objetivo final deste trabalho não foi o de agregar simplesmente uma forma mais racional para os processos técnico-interventivos do Serviço Social na unidade do PETI. Mas ao contrário, tentamos, ainda que com limitações, demonstrar que é possível tomar emprestado novos instrumentos e conceitos de outras áreas quando se quer a transformação do cotidiano profissional. Entretanto, entendemos que o uso estratégico dessas novas possibilidades exigirá uma visão crítica e propositiva do Assistente Social, posicionamento com o qual convergimos.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

- Propor ações técnico-interventivas para o Serviço Social do PETI a partir do georreferenciamento das residências da população usuária do programa e das diferentes instituições sócio-assistenciais existentes no município.

### **2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar através do georreferenciamento o endereço das famílias inseridas no PETI-A.
- Georreferenciar as principais instituições sócio-assistenciais existentes no município e os serviços oferecidos
- Elaborar mapas que possibilitem o cruzamento de diferentes informações sobre os usuários do PETI-A em seus diferentes aspectos sociais e econômicos.
- Propor ações técnico-interventivas para o PETI-A em relação aos usuários do programa a partir do conhecimento gerado por meio do estudo cartográfico.

### **3. O SERVIÇO SOCIAL, A PRODUÇÃO DE DADOS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO**

#### **3.1 O SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO**

O Serviço Social foi implantado na América Latina entre 1925 e 1936, os métodos de ensino foram copiados das escolas europeias, ficando voltado para trabalhar o indivíduo, tendo uma posição ideológica sobre o funcionalismo. A escola europeia teve influência do Neotomismo, corrente filosófica voltada a resgatar o Tomismo, filosofia do pensador italiano Tomás de Aquino. Já a escola americana tem influência do Funcionalismo, ramo da Antropologia ou Ciências Sociais que procura explicar aspectos da sociedade no tocante a funções desempenhadas por instituições e suas consequências para a população.

No entanto, o Serviço Social surgiu como profissão no capitalismo entre os séculos XIX e XX, tentando deixar de ser um trabalho apenas de caridade para ter como objetivo e metas prevenir problemas sociais, emergindo pela iniciativa da Igreja Católica (MARTINELLI, 2006, p. 114, 121).

No início, a atividade foi entendida também como uma forma de doutrinação e domínio, ou seja, voltada para servir a princípios de controle e conservadorismo, agregada a fundamentações religiosas, a serviço da classe dominante, assim poderia se prestar a um comodismo por parte da população, a qual era levada a entender os problemas sociais como algo natural. Tal pensamento pode ser confirmado por meio dos estudos de Silva e Silva (2006), onde se observa as proposições de que o Serviço Social surge como atividade conservadora e doutrinária, orientada pela Igreja Católica, cuja questão social é religiosa e de moral, em que a desigualdade social é vista como natural e ao Estado cabe promover o bem comum.

Em se tratando do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, é importante pensarmos a respeito da industrialização na década de 30. Este avanço no setor industrial fez surgir uma maior concentração urbana, conseqüentemente a necessidade de um domínio maior, pois uma classe social surgia forte no país: a burguesia.

Faleiros (2006, p. 12), traz algumas perspectivas a respeito do surgimento da profissão em nosso país. Segundo o autor, o Serviço Social no Brasil iniciou na década de 30, junto com o processo de industrialização e grande concentração urbana, quando a burguesia começa, com iniciativa particular, a brigar pelo seu lugar na vida política, fortemente respaldada pela Igreja Católica e tendo como referencial o modelo de Serviço Social europeu, visualizando a construção e desconstrução de seu objeto de intervenção. O Estado fez alguns decretos e leis que estavam longe de dar apenas o mínimo aos explorados, dando respostas coercitivas aos movimentos e greves.

É importante ressaltar a visão trazida por Martinelli (2006, p. 122), de acordo com a autora, os assistentes sociais eram nesse período muito úteis ao sistema capitalista e valorizados pela burguesia. A classe dominante foi abrindo espaço para o Serviço Social avançar seu processo de institucionalização no final da década de 40, e consolidando essa posição nas duas décadas seguintes. Para Martinelli (2006, p. 140), a partir do momento em que o Assistente Social expandiu a consciência crítica, através da ruptura de alienação é que o profissional percebeu sua atuação conservadora, subordinada e burguesa.

O período de 1945 a 1958 caracterizou o rompimento do Serviço Social brasileiro com o modelo europeu. Sofrendo influência dos moldes norte-americanos, assim adotando em seu trabalho, métodos de caso, grupo e comunidade. O preparo profissional dos futuros assistentes sociais passou a embasar-se na formação científica, técnica, prática e profissional, com subsídios do funcionalismo. No entanto, estes métodos não se adequavam à realidade brasileira. Assim, a partir de 1960 foi engendrado um movimento de questionamento, de crítica à realidade e à prática profissional no mundo capitalista, permitindo aos profissionais aprender a identidade do Serviço Social (MARTINELLI, 2006, p.140-141).

De acordo com Silva e Silva (2006, p. 30) a partir da análise crítica da ação dos assistentes sociais, e da necessidade de mudanças, no primeiro momento da Ditadura Militar, o Serviço Social é marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. E, nesse momento, articula e se gesta, na América Latina, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, trazendo as insatisfações acumuladas pelos profissionais e limitações teórico-instrumentais como político-ideológicas.

Segundo Faleiros (1999, p 18) o Estado buscava controle sobre a sociedade na Ditadura Militar, desenvolvendo ênfase na institucionalização das questões e dos indivíduos e grupos problemas, considerados irregulares, desadaptados, marginalizados. Após o golpe militar de 1964, surgem novos movimentos e organizações coletivas com autonomia e sem o autoritarismo em nossa sociedade.

Em 1970, as redes de organizações pelo país começam a se consolidar, como na educação de adultos e desenvolvimento comunitário respaldado pela igreja. Mas, esses projetos ou práticas vão ainda passar por um processo de amadurecimento político (HADDAD, 2002).

De acordo com Faleiros (1999, p 19), em 1980, uma parte crítica do Serviço Social assume uma identidade completa com os movimentos sociais, tendo como objetivo contribuir para organização e mobilização social nas lutas específicas. A Constituição de 1988 trouxe muitos benefícios, principalmente, no que diz respeito aos direitos sociais conquistados, comprometimento mais efetivo com a população da classe dominada, promovendo amplos movimentos de libertação do homem e de transformação da conjuntura.

Nos anos de 1990, paralelamente às conquistas de direitos da população, ocorre um movimento contrário por parte do Estado, o qual passa a adotar uma prática Neo-Liberal como elemento norteador das políticas públicas. Assim, assiste-se a uma ampliação da questão social. Corroboram para isso, a flexibilização dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, redução do Estado e conseqüente ampliação do mercado, crescimento considerável do terceiro setor, entre outros.

Segundo Silva e Silva (2006, p. 55-56), entre muitos aspectos citados acima, elimina-se toda estrutura e responsabilidade social do Estado diante da questão social, privatizam-se os serviços públicos e empresas estatais, tendo um empobrecimento crescente das camadas médias, precarização dos contratos de trabalho, repressão aos movimentos sociais e organização de classe dos trabalhadores são algumas das conseqüências do modelo político-econômico, surgem então, nessa época, propostas e programas governamentais envolvendo a sociedade.

Em relação ao exercício da profissão, Iamamoto (2006, p, 50-52) afirma que em 1992 tem início o processo de debates e propostas de enfrentamento da questão ética no interior da formação profissional. A partir de 1993, com Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do

posicionamento político dos assistentes sociais, sendo um grande avanço para a profissão.

Cabe ao assistente social contemporâneo, dentre suas diversas atividades, ser capaz de decifrar as demandas sociais que o envolvem, propor meios criativos para a efetivação dos direitos dos usuários. O profissional atual precisa arregaçar as mangas, não pode ser um profissional que só execute ordens, mas que proponha, que seja desafiado a desenvolver sua capacidade de decifrar, negociar com as instituições seus projetos e construir propostas de trabalho, preservando e efetivando direitos (IAMAMOTO, 2006,p.167-172,).

Ainda de acordo com a autora (2006,p. 80), o profissional deve romper com o pragmatismo de fazer por fazer, deve usar técnicas que digam como fazer, o que fazer, sem perder de vista o objetivo maior que é o de promover as políticas públicas com clareza e competência. O assistente social não vai se desfazer dos conhecimentos já obtidos das mediações históricas, mas se adequar à realidade da sociedade.

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão que atua, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte habitação, tem o grande desafio de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articular aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo (BOSCHETTI, 2008).

Entende-se que diante da ampliação da questão social e seus reflexos no cenário social, coloca-se na contemporaneidade inúmeras demandas ao Serviço Social. Destacam-se entre elas as questões dos moradores em situação de rua, os conflitos étnico-raciais, o desenvolvimento sustentável, a inclusão digital, entre outras. Essas e outras demandas trazem consigo uma outra, a de se repensar os processos técnico-interventivos frente à sociedade informacional no século XXI. Nesse sentido, cabendo então uma breve revisão sobre o tema.

### **3.1.2 Os instrumentais técnico-interventivos no Serviço Social**

Uma característica intrínseca ao Serviço Social é ser uma profissão de cunho interventivo. No cotidiano profissional são gerados inúmeros dados sobre os

usuários. Estes, por sua vez, estão registrados nos relatórios, nos diários, nas fichas de atendimento, nos cadastros preenchidos, enfim em inúmeros instrumentos utilizados pelos assistentes sociais e que acabam gerando uma gama considerável de dados. Todavia, entende-se que as revoluções tecnológicas vividas pela sociedade nos últimos trinta anos ofereceram o acesso a inúmeras tecnologias da informação, as quais facilitam a produção do conhecimento sobre uma determinada população, como no caso da PNAS -Programa Nacional da Assistência Social e os programas para a gestão de dados no SUAS –Sistema Único de Saúde (WANDERLEY, 1997).

Os instrumentos e técnicas são estratégias, por isso precisam ser mediados para se chegar a uma finalidade, quanto maior o conhecimento teórico mais ampla será a cadeia de mediações e maiores as possibilidades de construí-las. Sendo assim, o trabalho faz parte de um elemento de crescimento e autoconstrução do homem e, ao mesmo tempo, elemento de alienação, portanto, mediar a categoria trabalho instiga e desafia o Serviço Social, pois requer técnica ou instrumento, tendo sempre como referencial teórico o projeto ético político (PRATES, 2003).

Prates (2003) questiona no âmbito do Serviço Social a importância das estratégias para os profissionais em sua intervenção sobre a realidade, em que atuam, os quais estão inseridos em uma divisão sociotécnica do trabalho. Assim propõe interpretar e agir nas relações sociais, aproximando-se da realidade, com uma nova forma de tratar, olhar e utilizar os instrumentais, afirmando que precisa analisar com profundidade as contradições e propor intervenção com alcance e efetividade, analisando e interpretando a realidade durante toda a intervenção.

A formação frágil, simplista e eclética da profissão, busca a re-aproximação ao instrumental técnico que se inicia no final da década de 1980. A competência técnica deve fazer parte do cotidiano profissional que se propõe a mostrar seu saber profissional a serviço dos interesses e lutas das classes trabalhadoras. Portanto é preciso repensar o instrumental técnico e sua posição da formação do Assistente Social (PIRES, 2008).

O Assistente Social deve ter clareza do tipo de sociedade que atenderá para que possa articular estratégias de ação para favorecer o desenvolvimento e que sua ação se molde aos dados da realidade, o método que usa por meio de várias estratégias e articulação é o alcance e concretização da finalidade das ações, podendo ser o dia-a-dia do profissional, modificado, buscando parcerias com outros

profissionais e população usuária, até mesmo com outras instituições e organizações para que seu trabalho alcance toda a população fazendo fluir a informação que faz parte de sua ação (FERNANDES, 2005).

Certamente que a chamada sociedade informacional beneficia muito mais as grandes corporações transnacionais e a especulação financeira global do que a população como um todo (CASTELLS, 1999). Dessa forma, sabe-se que a sociedade em rede não é democrática, pois deixa “furos” na teia que tece, gerando questões para debate que ultrapassam os limites deste trabalho. Porém, julga-se pertinente resgatar, ainda que de forma breve, um pequeno histórico sobre o surgimento da era da informação e alguns conceitos sobre a produção do conhecimento pela área organizacional. Crê-se que tais conceitos podem ser apropriados, de forma crítica e reflexiva, pelo Serviço Social, contribuindo para processos técnico-interventivos propositivos.

### **3.1.3 A Sociedade em Rede e os Desafios ao Serviço Social**

Segundo Castells (1999, p. 566) a dimensão das redes de organizações da sociedade civil e seu potencial trazem como afirmação que a rede que é um conjunto de nós interconectados, não tendo um centro, se um nó para de desempenhar sua função útil, é excluído da rede e esta se arranja. Alguns nós são mais importantes que outros, mas cada um necessita dos outros. Portanto, trata-se de uma articulação entre diversas unidades, trocando elementos entre si e se fortalecendo, podendo multiplicar em novas unidades. Ainda para o autor, as sociedades em rede são estruturas abertas que progridem de forma ilimitada, são instrumentos apropriados para a economia capitalista.

A revolução tecnológica está em todas as esferas da atividade humana, podendo analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação, beneficiando os seres humanos. As tecnologias de informação estão integrando o mundo em redes de instrumentalidade, isto é, explodiram em todos os tipos de aplicações e usos, produzindo inovações como no caso da Internet que se originou de um projeto ousado em 1960, desenvolvido pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. (CASTELLS, p.44)

Vivemos em um mundo em que surgem, diariamente, inovações tecnológicas, colocando à disposição uma série de novos instrumentos a serem utilizados por diferentes profissionais. Dentre estes instrumentos podemos citar: o *GPS*, o *palmtop*, o *notebook*, os diferentes *softwares* capazes de contribuir inclusive nas pesquisas sociais. Inovações permeiam a realidade dos Assistentes Sociais.

Para Fernandes (2005), no processo de trabalho, o profissional do Serviço Social utiliza diversas operações para atingir os objetivos propostos nas suas ações de trabalho. Neste sentido, utiliza técnicas e instrumentos na relação direta com os sujeitos, de forma a estabelecer vínculo relacional, com o propósito de buscar maior compreensão do sujeito e seu contexto, bem como conhecer todo o espaço em que irá atuar e articular suas ações com as redes do município, com municípios vizinhos e até mesmo com o Estado.

Podemos citar uma tecnologia de informação (TI), que se dá na Assistência Social que é o Sistema de Informação de Gestão Social (SIGS), o qual se dá através da Internet e é voltado para facilitar o processo de gestão e monitoramento de programas sociais e acompanhamento das famílias, disponibilizando as informações a outras prefeituras e instituições que desenvolvem atividades e programas de complementação de renda. Este domínio tecnológico é um ponto de grande importância na luta pelo reconhecimento da profissão do Assistente Social, pois a coloca em pé de igualdade com outras profissões, que hoje estão mais avançadas, neste aspecto. (JONAS, 2009)

A autora ainda destaca a importância das várias tecnologias criadas para a construção de redes de informação, interligando os diversos serviços e que estes tenham conhecimento dos mecanismos de funcionamento do sistema, permitindo níveis de acesso para consultas, informações, controle e participação. Somente com este grau de envolvimento mediante as inovações tecnológicas, poderemos dizer que a informatização poderá contribuir para o avanço da política de assistência social como cruzamento de dados, informação e conhecimento, entre outros espaços que se encontra o profissional como também na gestão do conhecimento.

#### **3.1.4 A Gestão do Conhecimento: Dado, Informação e Conhecimento**

A Gestão do Conhecimento é uma forma de olhar a organização, em busca de pontos em que o conhecimento possa ser usado como vantagem competitiva,

mas só se realiza com as pessoas da organização. Para uma empresa optar pela gestão de conhecimento é preciso que se conscientize antes que esta exigirá muito esforço, comprometimento e superação de obstáculos(FILHO, 2000 p.12).

Desta forma Filho (p.23) destaca que as empresas se voltaram para a gestão do conhecimento no intuito de entender, organizar, controlar e lucrar. Em uma empresa a gestão do conhecimento pode ser vista como um grande processo capaz de gerar um mercado enorme, que muito interessa a economia mundial.

Outra questão fundamental citada por Filho (p.55), nessa nova economia é a informação (o excesso ou a falta dela), que exige do profissional a capacitação ou reciclagem, no ambiente de mudança atual informação é vital sendo que o mais importante é a qualidade da informação. A informação deve agregar valor ao negócio. Há muita discussão sobre as responsabilidades e atribuições relacionadas aos dados, as informações e o conhecimento na empresa.

Para Filho (2000, p.60), as perspectivas para os profissionais da informação são boas, a tendência parece ser de que os conhecimentos e habilidades necessárias para trabalhar com informações vão sendo incorporados a todas as ocupações, onde as ferramentas são, a cada dia, mais variáveis e sofisticadas, sendo que a procura por profissionais com capacidade de gerenciamento, visão ampla de negócio, competência e que seja confiável, criativo e ético está em voga. É este o modelo de profissionais que as empresas buscam.

A gestão do conhecimento é uma questão essencial de pessoas e processos que se integram através das tecnologias que evoluem numa velocidade e perspectivas fantásticas. De acordo com Filho (p.127), apesar de que por mais sofisticada que seja a tecnologia, é apenas um meio para a empresa realizar sua visão estratégica, pois sozinha a tecnologia não garante o sucesso de nenhum projeto, muito menos em gestão do conhecimento.

O processo de planejamento tecnológico se inicia pela prospecção de novas tecnologias, a inovação é uma das características marcantes dos líderes de mercado atuais e, portanto, necessita de utilização de novos métodos, novas ferramentas e técnicas de trabalho, necessitando de treinamento, capacitação, ou seja, treinamento de pessoas para o uso da nova tecnologia. Enfim, gestão do conhecimento, traz abordagem inovadora, ampla, integradora e pragmática, trazendo bons resultados a partir do que seus membros sabem e aprendem no próprio trabalho. (Filho, p.182)

Para a compreensão deste trabalho de pesquisa, faz-se necessário estabelecer um processo de elucidação sobre os termos, ou seja, fazer uma diferenciação entre dado, informação e conhecimento.

De acordo com Filho (2000, p. 87) dado é um valor sem significado, isto é, desde que reduzido a um registro puramente quantitativo. Em segundo lugar, ele traz o conceito de informação que se refere a um dado com significado. Portanto, a informação é uma mensagem recebida e entendida. Na sequência, há o conceito de conhecimento. O qual é entendido como uma informação estruturada e contextualizada.

Ainda levando em conta as ideias do mesmo autor (p .161), para transformar dados em informações precisamos de ferramentas, mas para transformar informação em conhecimento precisamos de tempo, o conhecimento não é nem dado nem informação, mas está relacionado a ambos.

A informação tem um papel fundamental em qualquer estratégia competitiva. Para Filho (2000,p.177) é fundamental uma identificação adequada de fontes de informação seguras e com qualidade. A informação precisa ser coletada e pesquisada, pois nem sempre está disponível, sendo necessário ir a campo coletar essas informações, pois conhecer a realidade é fundamental para propor ações. Assim como se deu na elaboração deste trabalho.

Portanto, gestão do conhecimento é uma forma de olhar a organização em busca de pontos em que o conhecimento possa ser usado como vantagem competitiva, criação de projetos e melhorias.

Cabe a todos nós, lembrar que o homem é um ser social, senhor de sua construção e de sua história, e evolui, acompanha as mudanças, não tem como ficar parado, mas sim, se adequar aos meios, buscar novos instrumentos para melhor efetivação do trabalho. Para tanto, devemos nos apropriar de outras possibilidades para a gestão da questão social, dentre elas, o georreferenciamento, o qual, em nosso entender, oferece subsídios para a produção do conhecimento na área social.

### **3.1.5 O Georreferenciamento**

Com o aumento das tecnologias e investimento das empresas nas tecnologias de informação (TI's), há uma tendência a reduzir gastos e melhorar a

produtividade das organizações, como aplicar modernos recursos à Gestão dos serviços sociais. (JONAS, 2009)

Para entender o surgimento dessas tecnologias adentramos na sua história nos anos 60, quando surgem os primeiros sistemas de informação geográfica, no Canadá, o qual fazia parte de um programa do governo para inventário de áreas de recursos naturais. Esses sistemas eram difíceis de ser usados e de valor elevado para mão-de-obra especializada e computadores muito caros (FIGUEIREDO, p. 51).

Os novos recursos de hardware ao longo dos anos de 1970 foram desenvolvidos tornando viável o desenvolvimento de sistemas comerciais, incluindo questões de geometria computacional, porém apenas grandes organizações tinham acesso a esses sistemas. Na década de 1980, foi iniciado um processo acelerado de sistema de informação geográfica, o qual vem até os dias atuais, ocorrendo uma grande difusão em seu uso (MIRANDA, 2005, p.19).

A importância da manipulação da informação geográfica por computador cresceu muito a partir da década de 1980. Desde então várias iniciativas por instituições de pesquisa e ensino foram responsáveis pelo desenvolvimento e evolução desses sistemas de informações geográficas (SIG), tendo aplicações em diversas áreas do conhecimento (MIRANDA, p.20).

Segundo Miranda (2005, p.25), entre tantos instrumentais trazidos pelos avanços das tecnologias da informação pode-se contar o sistema de Georreferenciamento, ou Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Esse programa realiza análises complexas ao integrar vários dados de muitas fontes e ao criar banco de dados georreferenciados, possibilitando cruzar informações de diferentes áreas a partir da cartografia. Esses mapas podem servir de base para o estudo e elaboração de projetos e programas sociais.

Sendo assim o georreferenciamento é uma ferramenta de trabalho que resolve questões e problemas através de um sistema informatizado, utilizando técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica, o qual vem crescendo na área de cartografia. Portanto, apresenta um enorme potencial para o Brasil, de uma extensão territorial ampla, com carências de informações para tomadas de decisões para problemas urbanos, rurais e ambientais, sendo de baixo custo, facilitando no conhecimento de problemas locais. (MIRANDA, p.97)

As imagens são formas indiretas de informação espacial. Muitas vezes, faz-se necessário agregar as informações não espaciais a um banco de dados georreferenciado, com aplicação de cadastro urbano, contendo informações geográficas e dimensões das propriedades, sendo apenas aliadas a um sistema de

informação georreferenciada. A organização espacial é muito importante para permitir que diferentes variáveis sejam integradas ao banco de dados e para que diferentes estudos possam ser realizados.

Conhecendo o território, as desigualdades se tornam mais visíveis em cada região. Conhecendo a realidade local, o sujeito identifica-se, propõe e busca novos conhecimentos tornando-se independente. A política pública deve atingir e respeitar a particularidade de cada localidade e de cada território. (MAZZOTTI, 2008).

Para tanto no presente estudo se utilizou do georrefereciamento enquanto um instrumento que foi agregado aos processos técnico-interventivos do Serviço Social. A partir dele se conseguiu reconhecer a distribuição geográfica dos usuários do Peti-A, crianças e adolescentes ali vinculados e suas respectivas famílias. Além disso, foi possível identificar as diferentes instituições sociais existentes no município de forma a se articular um trabalho em rede no que tange ao enfrentamento do trabalho infantil na localidade pesquisada.

## **4. PROPOSTAS INTERVENTIVAS COM BASE NOS MAPAS GERADOS A PARTIR DO GEORREFERENCIAMENTO**

### **4.1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

A elaboração deste trabalho teve por base os processos interventivos realizados durante o período do estágio curricular obrigatório em uma unidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em um município do litoral do Paraná. A seguir apresentamos uma descrição das diretrizes do programa em âmbito nacional e alguns apontamentos sobre o cotidiano da sede do programa no litoral paranaense.

O governo brasileiro conseguiu afastar um grande número de crianças do trabalho infantil e aproximá-las da escola através do programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que busca eliminar, em parceria com os diversos setores dos governos Estaduais, Municipais e da Sociedade Civil, todas as formas de trabalho infantil.

O objetivo principal do programa é manter as crianças e os adolescentes na escola, por meio da complementação da renda familiar. Além disso, o PETI traz outros benefícios como apoiar e orientar as famílias beneficiadas que participam de ações socioeducativas, fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por intermédio de atividades culturais, desportivas e de lazer no período complementar ao do ensino regular, jornada ampliada (BRASIL, 2004).

O programa estimula a mudança de hábitos e costumes, buscando a melhoria de qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade. Estabelece parcerias com agentes públicos, as quais garantem ações de diversos setores, principalmente no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de trabalho e renda, com formação e qualificação profissional de adultos, assessoria técnica e crédito popular. As famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil beneficiária do Programa Bolsa Família terão nessa situação seus filhos inseridos nas atividades sócio-educativas e de convivência proporcionadas pelo PETI (BRASIL, 2002).

O PETI tem por objetivo ampliar a participação, integração social, permanência na efetivação específica da política de atendimento à população infanto-juvenil, articulando entre si medidas de proteção, medidas sócio-educativas e profissionalizantes, estruturadas na rede de garantia de direitos destacados no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,2002).

Os beneficiários do PETI são famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 120,00, que tenham crianças e adolescente na faixa etária dos 7 aos 15 anos envolvidos no trabalho precoce em especial, em atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. São concedidas bolsas às famílias desses menores em substituição à renda que traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola. A frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades do ensino regular e da Jornada Ampliada será exigida no percentual de 85% da carga horária mensal. (Brasil, 2002)

Segundo Carvalho (2009), a implantação da unidade do PETI-A se deu em 05 de setembro de 2005, quando foi verificada uma maior concentração da demanda até então levantada. Essa demanda se verificou através de um trabalho de diagnóstico social da situação do trabalho infanto-juvenil (de 7 a 15 anos) por meio da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, envolvendo conselhos e secretarias do município.

Nesta unidade do PETI presta-se atendimento às crianças e adolescentes, em situação de risco e trabalho infantil, e suas respectivas famílias. Outro objetivo é atender a população em situação de vulnerabilidade econômica e para tanto, é oferecido atendimento psicológico, social, além da realização de encaminhamentos, orientações, mediações e intervenções, por vezes em parceria com o Conselho Tutelar local.

A equipe de trabalho é formada por profissionais oriundos de diferentes áreas e graus de escolaridade. Em dezembro de 2009, a equipe era formada por uma psicóloga, um motorista, uma auxiliar de serviços gerais, três educadoras, uma diretora, uma Assistente Social e duas cozinheiras.

O quadro 1 resume as atividades ofertadas às crianças e adolescentes do PETI-A.

Oficina	Objetivos(s)
Vôlei	Orientar através de técnicas específicas do vôlei, participação, cooperação, espírito de equipe, estimulando a participação e o desenvolvimento psicológico, físico e motor. Trabalhando questões como reconhecimento de si e possibilidades de ação.
Futebol	Trabalhar técnicas específicas de futebol, competição, jogos internos e disciplina.
Artes cênicas	Proporcionar auxílio na formação e no enriquecimento da personalidade, em sua espontaneidade, através de técnica de relaxamento e sensibilização, criatividade, montagens de peças teatrais.
Canto	Trabalhar a técnica vocal, interação dos componentes, autoestima, espontaneidade.
Artesanato	Estimular por meio de aulas a criatividade, coordenação e atenção dos educandos, com caráter pedagógico.
Saúde	Orientar os educandos sobre: higiene bucal, corporal e ações preventivas à saúde.
Jogos pedagógicos com reciclados	Conhecer diversos materiais que podem ser confeccionados, sem esquecer a importância de utilizar recursos renováveis.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DAS OFICINAS OFERTADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PETI-A

FONTE: AS AUTORAS (2010)

#### 4.1.2 A especificidade do Serviço Social no PETI-A

O Assistente Social dentro da instituição interage com os demais profissionais, articulando um trabalho de acompanhamento dos alunos e familiares, cadastros, orientação, entrevistas, relatórios e ações socioeducativas. Dentre as especificidades do Serviço Social estão:

- Realizar orientação social às famílias que procuram o programa;
- Promover visitas domiciliares para avaliação socioeconômica e entrevista com as famílias a fim de efetivar uma verificação do perfil dos usuários inseridos no programa;
- Realizar visitas domiciliares para levantamento de situações-problema enfrentadas pelas famílias atendidas pelo programa;

- Comparecer as escolas quando solicitado, para atendimento, orientação social e repasse de informações;
- Encaminhar a outros profissionais que atendem ao programa, os casos que julgar pertinentes;
- Realizar contato com as famílias e escolas sempre que julgar necessário;
- Promover atendimento psicossocial aos educandos e às famílias, por meio de encontros e palestras;
- Elaborar planejamento de ações a serem realizadas com os educandos e famílias, apresentando-o à coordenação.

O PETI-A tem entre os seus objetivos como citados a pouco a promoção das famílias ali cadastradas. Para tanto, o Serviço Social buscou realizar um levantamento sobre os seus interesses. Os dados trazidos pelas entrevistas apontaram as limitações estruturais da sede para a realização das oficinas e cursos. Tal constatação somada às que já vínhamos observando em relação às atividades que eram ofertas às crianças e adolescentes nos instigou a ir em busca de espaços capazes de realizarem parcerias com o PETI-A.

A ideia inicial foi a de procurar alternativas, bem como buscar parcerias para os encaminhamentos e projetos realizados pelo Serviço Social ou outros profissionais que ali atuam. E se porventura o espaço físico era limitador para a realização de alguma atividade ou curso de capacitação, isso não poderia servir de impedimento para as ações previstas. Restava-nos identificar espaços alternativos e parceiros que viessem a contribuir com ações do PETI-A. Isto posto levantou-se outra demanda: a necessidade de se conhecer onde estavam localizadas as famílias e as instituições, de forma a se repensar a realização das oficinas em espaços alternativos.

## 5 METODOLOGIA. OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Este trabalho de pesquisa se sustentou sobre os pilares quanti e qualitativos, por entendermos que nem ou nem outro, isoladamente, tem a capacidade de esgotar a realidade, mas estes critérios em conjunto possibilitam uma aproximação com a realidade ou conforme afirma Chizzotti:

A pesquisa não pode ser somente o produto de um observador postado fora das significações que os indivíduos atribuem aos seus atos; deve, pelo contrário, ser o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas (2008 p.80).

Para fundamentar teoricamente o presente trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, a qual procura explicar um tema ou problema a partir de referências teóricas já publicadas, conhecendo e analisando as contribuições culturais ou científicas.

Dessa forma, em um primeiro momento fizemos uma busca em dados secundários. Estes foram levantados a partir dos cadastros das famílias, os quais estavam à disposição na Secretaria de Ação Social do município e na sede do PETI-A. Utilizamos os dados constantes no formulário do Cadastro Único do Programa Bolsa Família, obrigatório às famílias que são inseridas nos Programas Sociais da Secretaria de Assistência Social do Município sede do PETI-A.

A pesquisa quantitativa foi utilizada para a sistematização dos dados sócio-econômicos sobre as famílias e seus respectivos endereços. Tal levantamento resultou na elaboração de um banco de dados sobre os usuários do PETI-A. Os dados levantados evidenciaram os seguintes aspectos: a identificação dos componentes familiares, gênero, localização das moradias, condição, escolaridade das crianças e adolescentes como também dos responsáveis, ocupação, renda familiar e renda *per capita* das 29 famílias inseridas no Programa no mês de dezembro de 2009.

Em relação ao reconhecimento das instituições que poderiam eventualmente ser parceiras do PETI-A se repetiu o mesmo processo. Primeiramente foram listadas todas as possíveis parceiras, em seguida, foi realizado um levantamento sobre o endereço das mesmas a fim de visitá-las. Elaboramos um formulário que possibilitasse a identificação dos recursos que cada instituição dispõe, o qual foi aplicado durante a visita que realizamos a estes locais. Os elementos levantados

subsidiaram um banco de dados com tais informações, na forma de planilha do Excel.

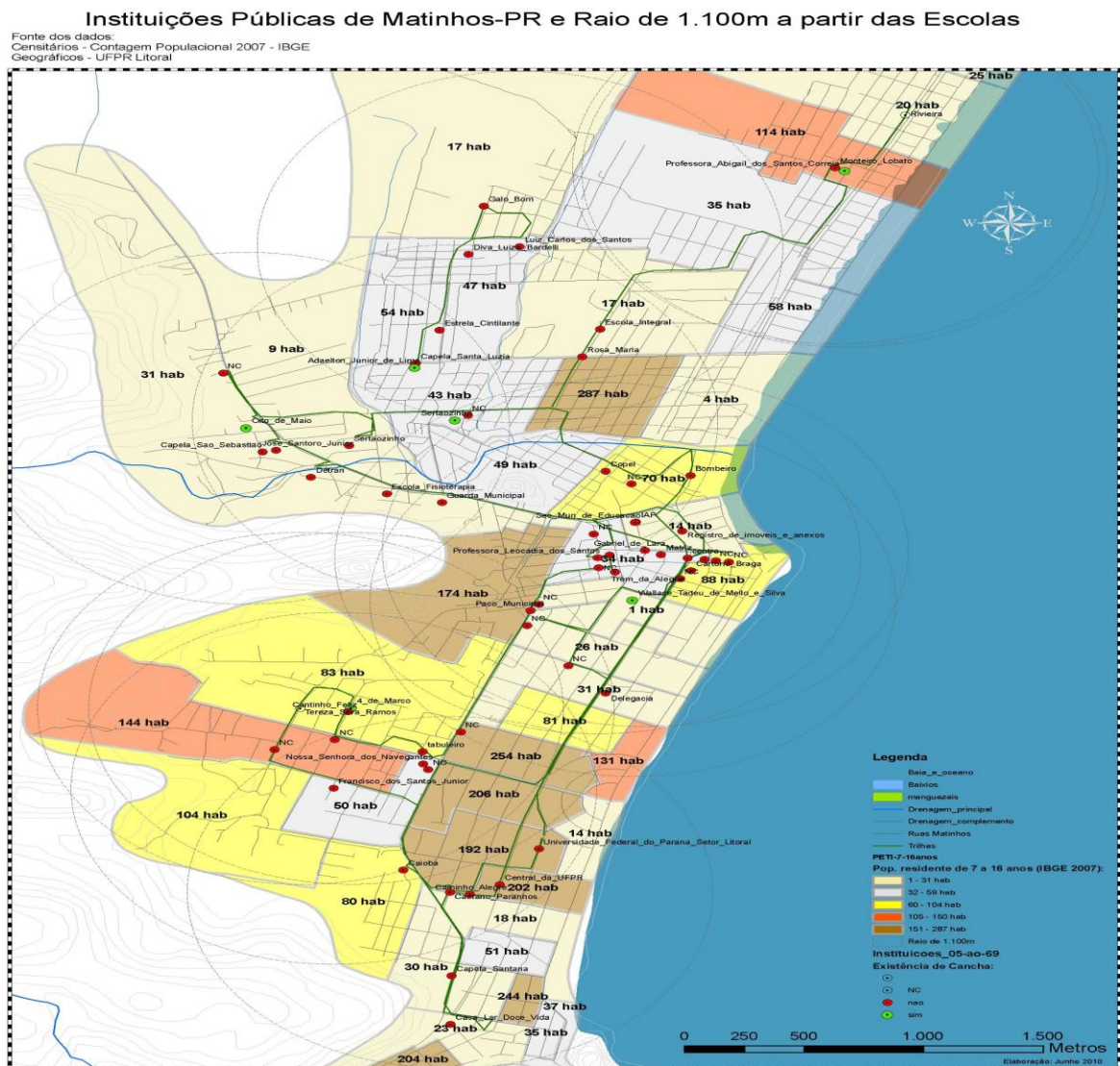
Como um dos objetivos do trabalho estava o georreferenciamento dos espaços para que pudéssemos elaborar os mapas. Assim, durante as visitas realizadas às instituições para a aplicação do formulário eram registradas as coordenadas. Em relação às residências das famílias realizamos visitas, acompanhadas da Assistente Social do PETI-A, quando então era exposto o objetivo do trabalho e solicitada a anuência do grupo em relação ao mesmo. Neste processo, procuramos frequentar um curso sobre o uso do GPS, realizado na sede da UFPR-Setor Litoral. Esta atividade nos subsidiou no manejo do equipamento, no mapeamento dos espaços pesquisados e na marcação das trilhas realizadas.

Uma vez levantados os dados e elaborado o banco de dados, o qual se encontra anexo a este relatório, sobre o PETI-A, partimos para a elaboração dos mapas. Estes nos possibilitaram vislumbrar novas possibilidades para os processos técnico-interventivos do Serviço Social na unidade do PETI-A. Intencionamos com isso apontar novos caminhos e possibilidades que subsidiem um salto qualitativo às ações desenvolvidas pelo programa.

Isto posto, passamos à apresentação dos mapas e, na sequência, as nossas sugestões de encaminhamentos a partir das informações trazidas pelos registros cartográficos.

## 6 ALGUMAS PROPOSIÇÕES A PARTIR DOS MAPAS PRODUZIDOS

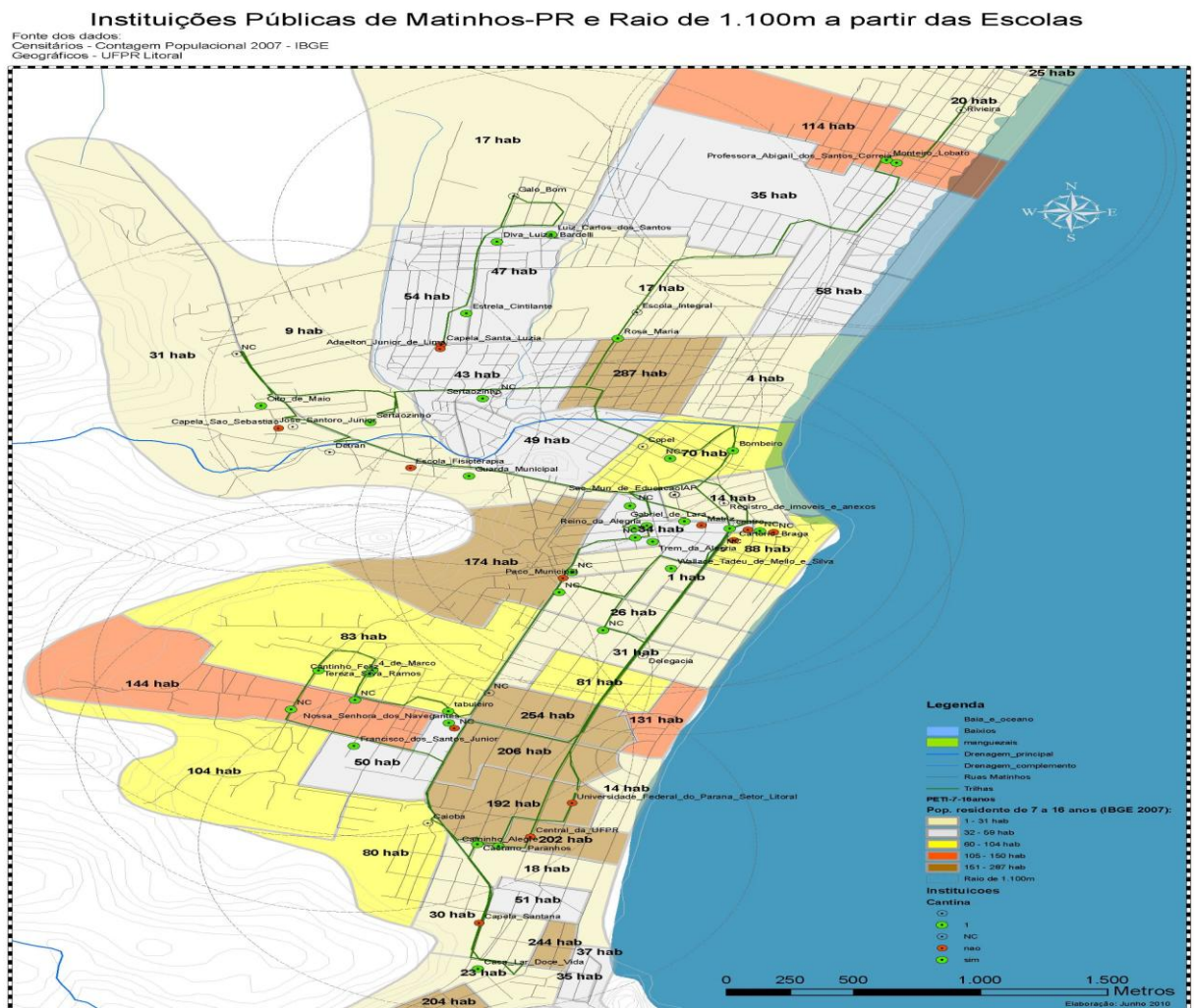
Entende-se que o enfrentamento ao trabalho infantil não cabe única e exclusivamente ao PETI, ou tão somente ao atendimento da criança e adolescente em sistema de contra turno. Há que se olhar para o grupo familiar como um todo. Neste sentido, há que se levar em conta as possíveis demandas que serão trazidas a partir desse olhar mais alongado. Demandas em relação à saúde, à educação, ao trabalho, ao acesso aos direitos, entre outros.



MAPA 1 - INSTITUIÇÕES SOCIO-ASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

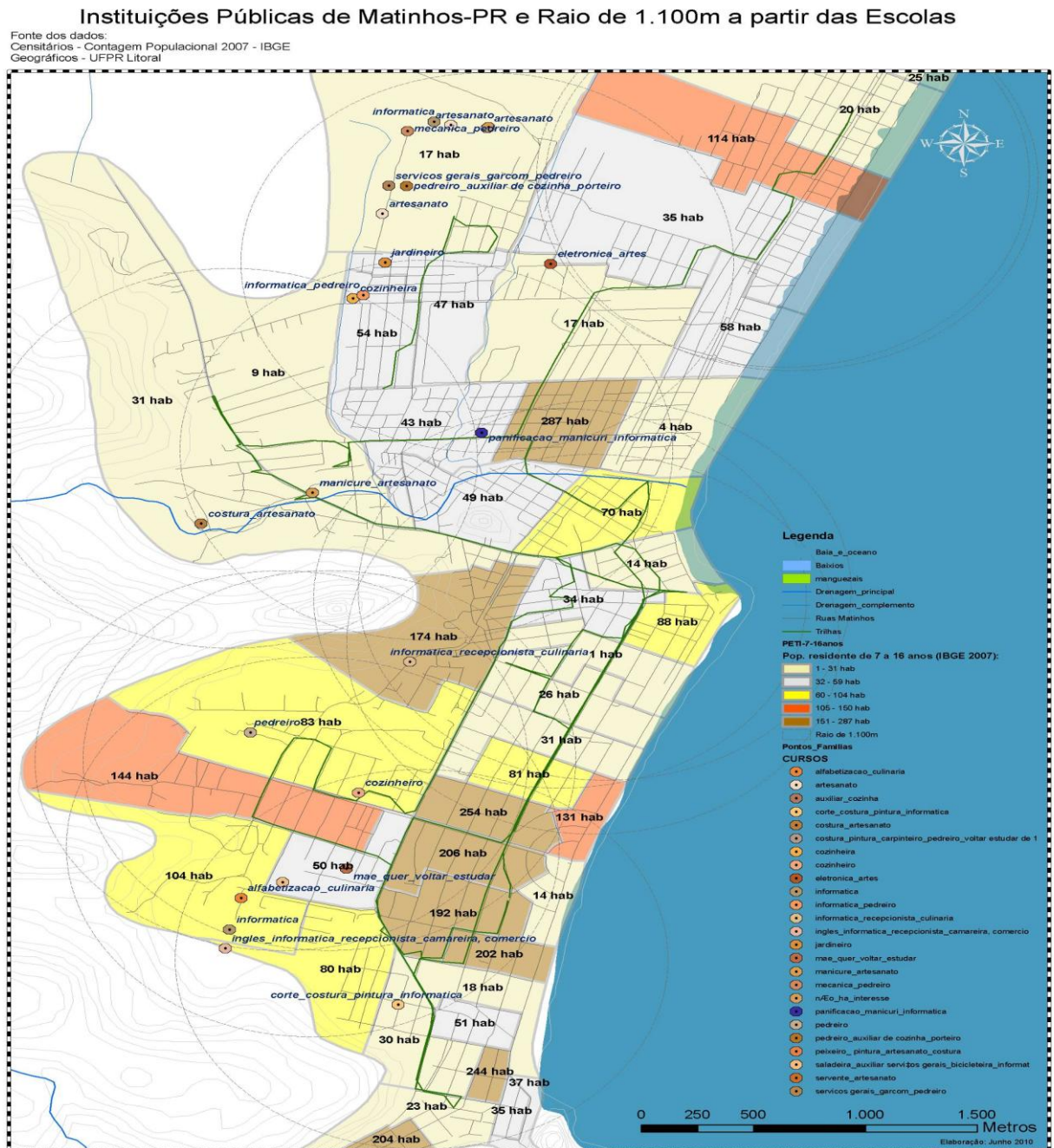
Desta forma, cabe reconhecer as diferentes instituições existentes no território e os serviços que oferecem. Tal mapeamento permite-nos pensar e executar ações que, conforme propõe Castells (1999), estabeleçam “nós” entre as diferentes instituições, articulando-se assim um trabalho em rede no que diz respeito ao enfrentamento do trabalho infantil no município. Tem-se assim, uma visão mais ampla e geral sobre os espaços e profissionais atuando na região.

O reconhecimento das diferentes instituições apontam múltiplas possibilidades para a atuação do Serviço Social do PETI-A e as mesmas. Dentre elas, está a possibilidade do estreitamento dos vínculos entre o Programa e as escolas da rede municipal e estadual existentes.



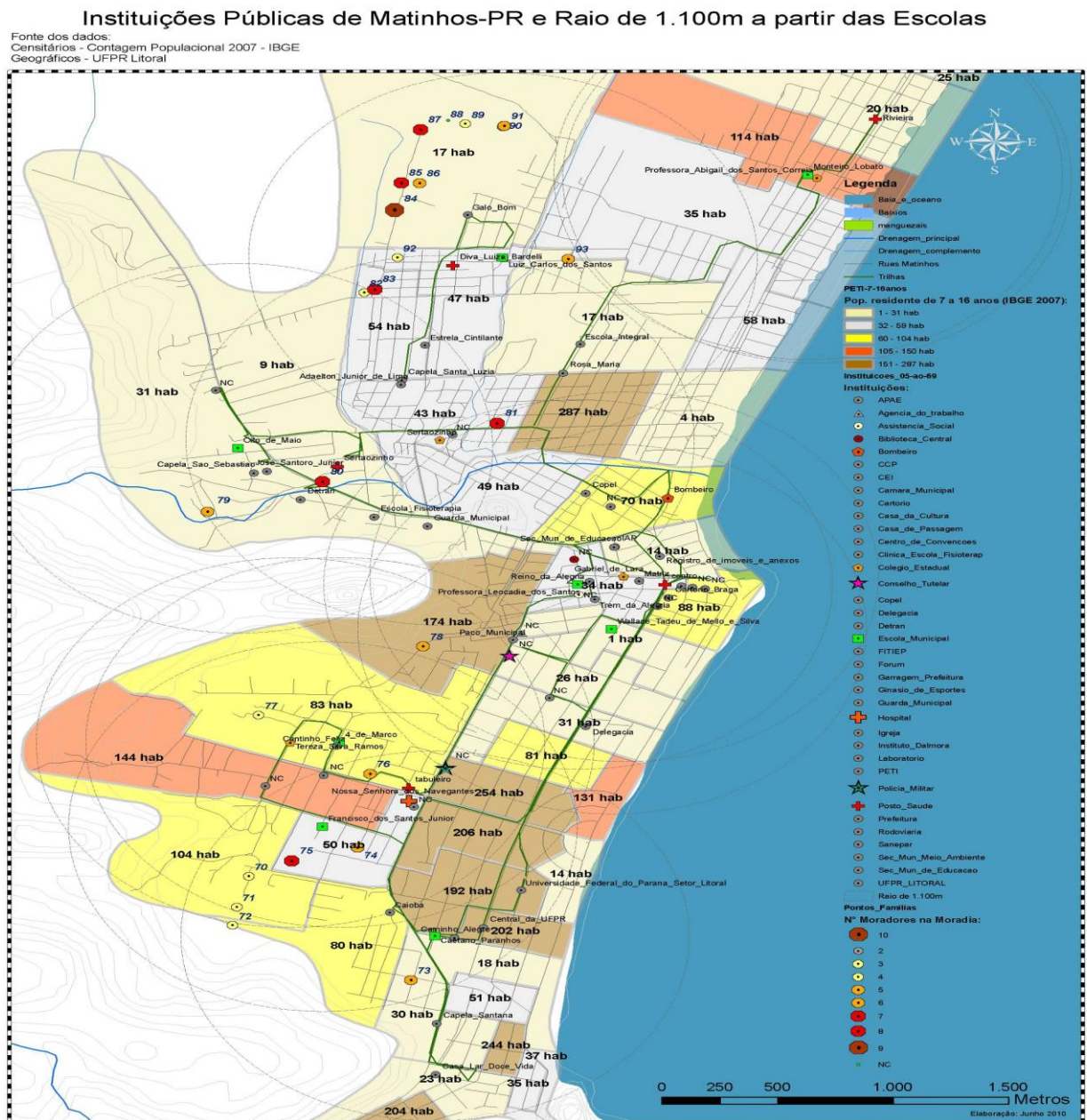
MAPA 2 - NÚMERO DE SALAS DE AULAS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Identificando-se a infraestrutura existentes nas escolas, tais como a disponibilidade de salas, recursos mediáticos, cantinas, entre outras; possibilita-nos elaborar diferentes projetos que permitam ir ao encontro das demandas colocadas pelas famílias usuárias do PETI-A.



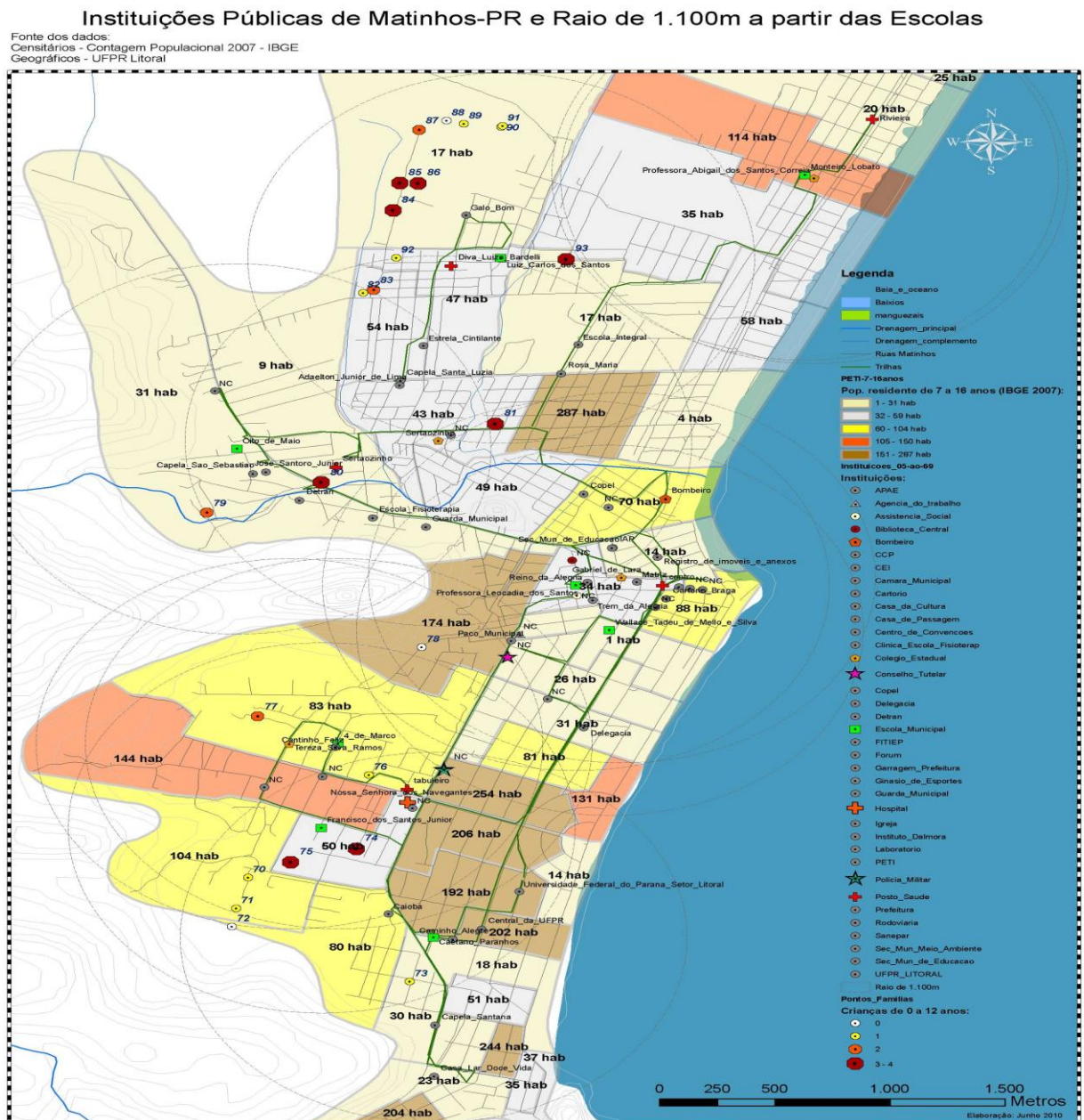
MAPA 3 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO OS INTERESSES EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Um outro fator positivo ao se saber a localização das escolas reside na possibilidade de aproximar as famílias do PETI-A às atividades do Programa. Este ao desenvolver ações de forma itinerante e nos espaços escolares mais próximos das residências dessas famílias, favorecerá a aproximação e participação às atividades, especialmente às de capacitação e qualificação para a inserção no mundo do trabalho, formal, ou não.



MAPA 4 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO NÚMERO DE MORADORES  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

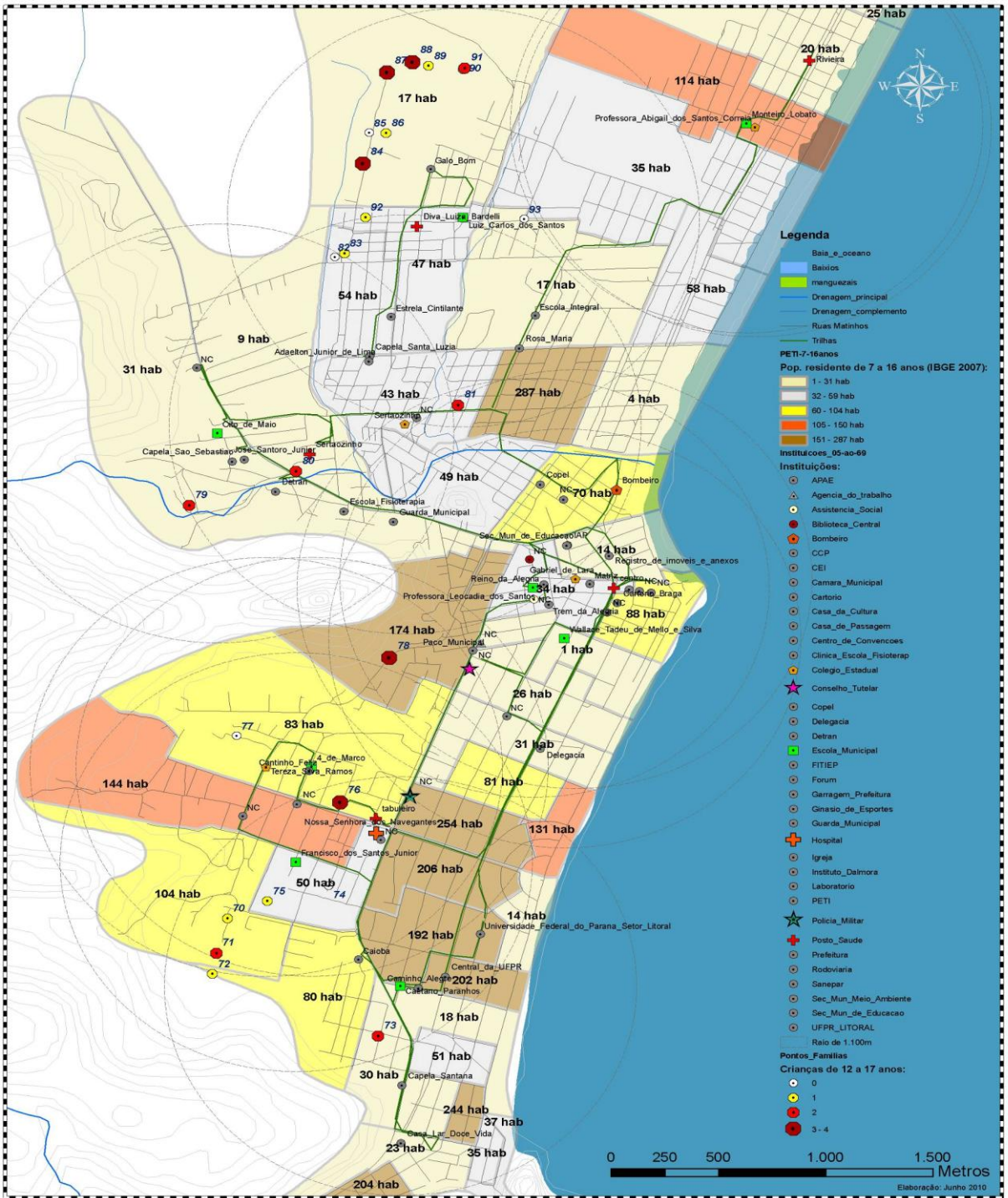
Acreditamos que entre as estratégias a serem desenvolvidas pelo PETI-A no que tange ao enfrentamento ao trabalho infantil, está o de prevenção à reprodução da situação de exploração da mão-de-obra infantil no seio das famílias atendidas. Neste sentido, torna-se necessário reconhecer a faixa etária das crianças e adolescentes desses grupos. Tal informação permitirá se criar e estender as ações do PETI-A para além dos seus muros.



MAPA 5 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 12 ANOS  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

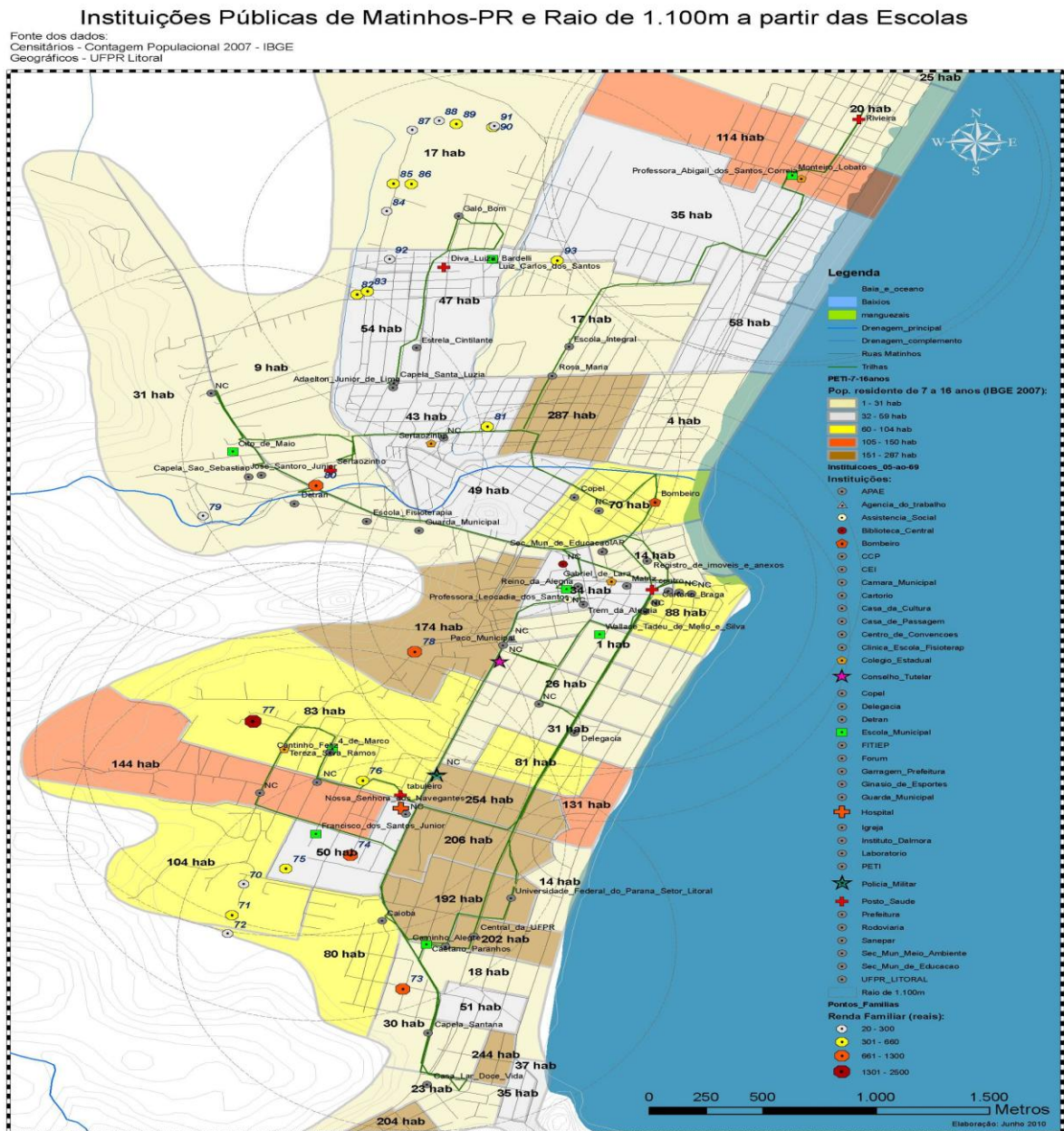
### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
 Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
 Geográficos - UFPR Litoral



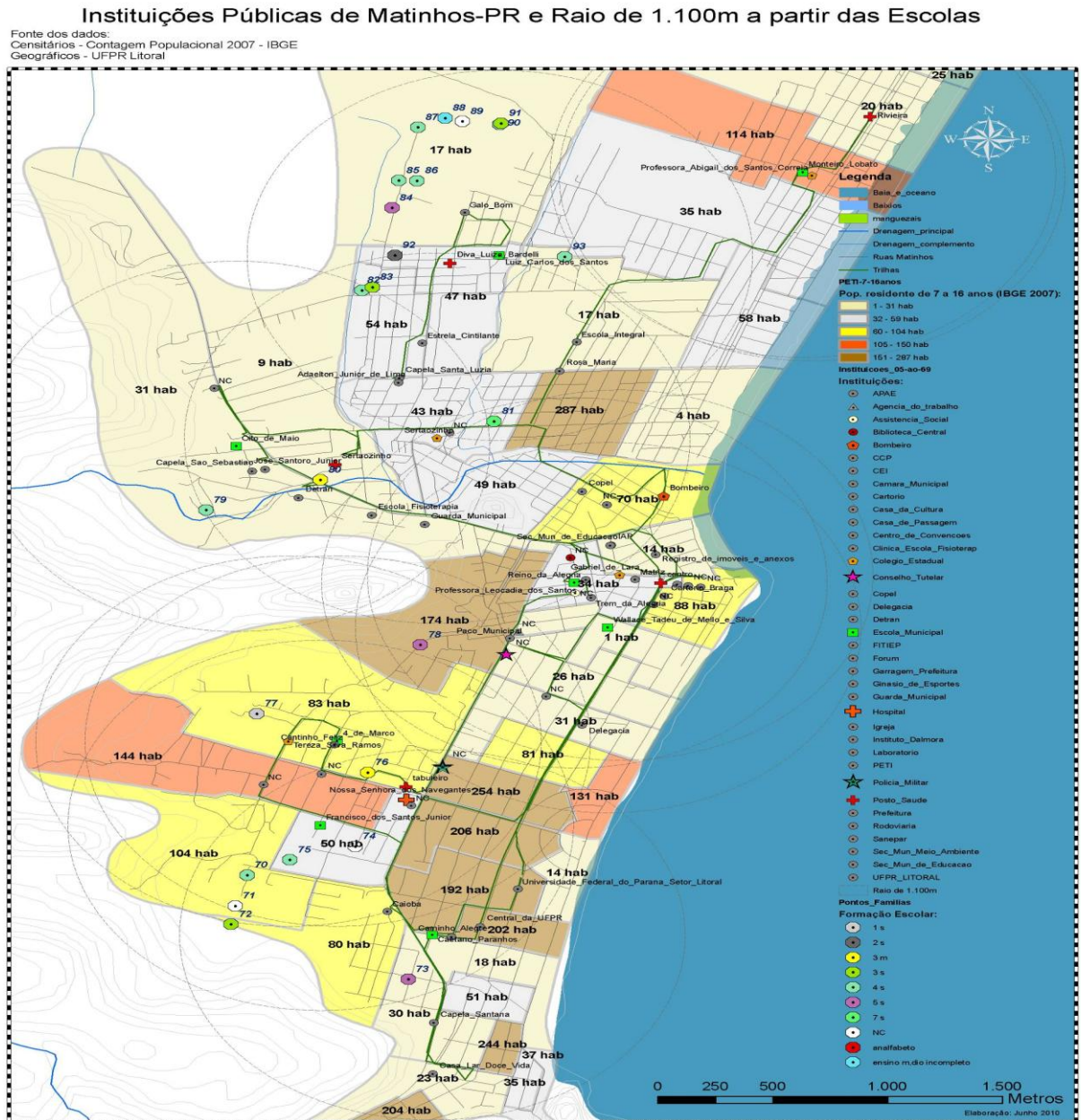
MAPA 6 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O NÚMERO DE ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS  
 FONTE: AS AUTORAS (2010)

Paralelo à prevenção deve caminhar a promoção e a melhoria da qualidade de vida das famílias (Brasil, 2002). Para tanto, uma leitura sobre a realidade econômica das famílias do PETI-A permitirá o levantamento de subsídios para as ações do Serviço Social do Programa.



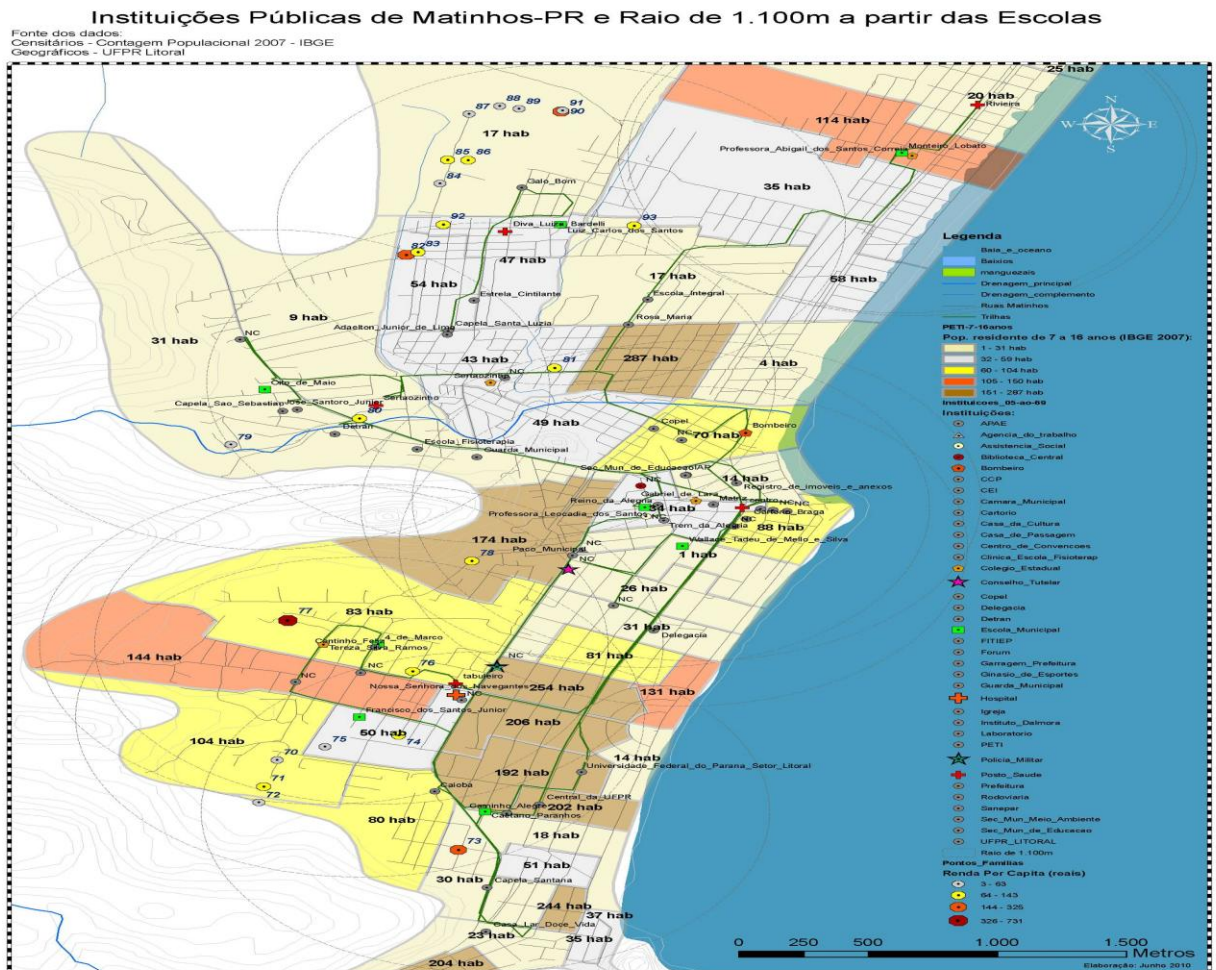
MAPA 7 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR  
 FONTE: AS AUTORAS (2010)

Entre as ações voltadas às famílias do PETI-A pode-se pensar na parceria com rede escolar do município no sentido de favorecer a inclusão de seus membros à educação.



MAPA 8 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO A ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELO GRUPO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Um estudo sobre a renda dessas famílias poderá apontar caminhos para estratégias que venham oferecer possibilidades de inclusão em diferentes programas sociais. Esses dados dão ao Serviço Social uma totalidade do público usuário que atenderá no programa sendo possível encaminhamentos às políticas públicas como o auxílio à bolsa família, bolsa PETI, programa do leite, luz fraterna ou outros programas de baixa renda.



MAPA 9 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO A RENDA PER-CAPITA  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, assim, ao final de um longo caminho percorrido, cheio de desvios, curvas e obstáculos. Coloca-se, finalmente, a necessidade de algumas reflexões sobre o que consideramos o georreferenciamento como instrumento para os processos técnico-interventivos do serviço social no enfrentamento ao trabalho infantil, a partir de observações, entrevistas, localização das famílias, enfim, o que pretendemos com essa ampla investigação social tanto das famílias do programa de Erradicação do Trabalho Infantil, quanto das Instituições Municipais de Matinhos.

Não restam dúvidas de que, a partir de toda a literatura do Serviço Social estudada para a investigação desse trabalho, encontram-se exemplos de que para realizar o estudo social sobre uma determinada comunidade, é necessário aproximar-se da realidade social dos sujeitos demandantes da ação para compreender com precisão a situação, analisá-la e também informá-la sobre seus direitos e deveres. Essa aproximação foi realizada com dedicação e busca de reconhecimento local, andar em lugares antes desconhecidos, sendo tão próximos a nossa realidade.

Diante dessas constatações, percebe-se a riqueza da coleta dos dados realizados nessa pesquisa, uma vez aplicado o instrumento de coleta de dados, processados os mesmos e obtida a informação, gerou conjuntamente com as respectivas análises inúmeras informações onde se obtiveram resultados que permitem às pesquisadoras apresentar o seguinte conjunto de considerações: identificar, mapear, propor, agir, articular e usar novos instrumentos para atuação do Assistente Social nessa nova era tecnológica.

Desta forma, com amplo mercado de trabalho tão concorrido que exige a cada dia pessoas com grande potencial, bem preparadas e que saibam usar novas ferramentas de trabalho como as tecnológicas que estão a cada dia se aperfeiçoando, mas também usar a inteligência como a informação, estando sempre numa constante capacitação para atuar. Verificamos que o profissional precisa inovar, usar, instrumentos e técnicas diferenciados, como no caso em que utilizamos o GPS- Sistema de Posicionamento Global.

Todo esse trabalho de demarcação dos vários espaços, se deu pela necessidade de conhecer onde residem as famílias atendidas pelo PETI e os vários espaços Institucionais para futuros encaminhamentos, reconhecimento e aplicações

de políticas públicas em espaços alternativos, não só no centro da cidade ou no espaço do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas sim ir aos bairros, nas ocupações e propor encaminhamentos para os vários espaços que ofertam cursos, estudos, espaços de lazer, enfim, espaços sócio-assistenciais mais próximos às residências dos assistidos.

Nesse sentido, buscar conhecer os espaços micro e macro de um território é de extrema necessidade para propor e buscar redes no auxílio ao trabalho com a comunidade e instituições. A busca por informações georreferenciadas dos espaços ocupacionais das famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil traz uma ampla base de informações para o Serviço Social, o que contribui para os processos interventivos do Assistente Social permitindo-lhe desenvolver ações que contribuam para a participação cidadã, reforçando a identidade local, isto é, conhecer melhor o bairro, o que oferece e quais são as demandas.

A identificação dos diferentes atores, famílias usuárias do PETI e das instituições existentes no município abriram um leque de possibilidades para as intervenções do Serviço Social no âmbito desse programa. Ao se reconhecer o território a partir do georreferenciamento é possível se pensar na organização de um trabalho em rede, nas possíveis parcerias com as instituições, na criação de novas e instigantes ações voltadas às famílias, espaços para a formação e o lazer das crianças e adolescentes vinculados ao Programa, bem como de seus familiares, entre tantas outras alternativas.

A todo o momento encontramos uma questão a aprofundar, ou uma outra possibilidade de interpretação, ou, ainda, imaginamos outras estratégias metodológicas para abordá-las em novas inserções a campo, como se pode observar na página da internet em [http://200.17.236.72:1000/01\\_Geionforma%C3%A7%C3%A3o/01\\_Base%20UFPR%20Litoral/13\\_Pesquisa%20PETI/01\\_Mapas/](http://200.17.236.72:1000/01_Geionforma%C3%A7%C3%A3o/01_Base%20UFPR%20Litoral/13_Pesquisa%20PETI/01_Mapas/), onde pode-se encontrar todos os mapas e caminhos que percorremos, ficando disponível para futuras pesquisas, para que todos interessados possam aproveitar esse rico material para também propor, e/ou continuar essa caminhada que está apenas começando.

Os resultados alcançados, a partir do mapeamento do PETI-A, permitirão uma maior racionalidade na gestão do Programa. Todavia, cabe destacar neste momento final, que a racionalidade a que nos referimos não é aquela abstrata, instrumental, que reduza este Programa ao seu fim em si mesmo. Mas ao contrário, que seja

capaz de ver e entender as múltiplas possibilidades para que a unidade do PETI-A torne-se uma ponte e ao mesmo tempo um agente catalisador para a promoção de seus usuários.

## REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Ivanete; *Palestra proferida na Conferência Mundial de Serviço Social*, ocorrida em Salvador, em 17/08/2008, gestão, 2008-2011. p.20
- BRASIL . **Estatuto da criança e do adolescente**: [lei numero 8.069, de 13 de julho de 1990]. Rio de Janeiro: Auriverde, 1990.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA. **Norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais**: aplicado à lei 10.267, de 28 de agosto de 2001 e do decreto 4.449, de 30 de outubro de 2002. Brasília, 2003. 40p.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 10.ed. totalmente rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CHIZZOTTI. A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- ELIAS, Adão Robson. **Assoreamento de represas**: estimativa por meio da integração batimetria-GPS/Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- FALEIROS, Vicente de Paula. 1941 **Estratégias em serviço social**, 2º Edição São Paulo: Cortez, 1999.
- Fernandes, Idilia. **A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social**. Revista Virtual & Contextos. nº 4, ano IV, dez.2005
- FILHO , JAYME TEIXEIRA . **GERENCIANDO CONHECIMENTO :Como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligencia competitiva no desenvolvimento de negócios** .-Rio de Janeiro:Ed. Senac,2000.
- HADDAD ,Sergio, **ONGS e Universidades: Desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo; Petropolis: Abong: Fundação Petrópolis, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 10º Edição, São Paulo, Cortez, 2006
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**, 7ª Edição, São Paulo: Cortez, 2004.
- Jonas, Liz Clara de Campos. **Sistemas de informação na Assistência Social e parâmetros Éticos – Políticos**. Fonte: [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v5n1\\_Liz.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_Liz.htm)
- KARSCH, Ursula M. Simon. **O serviço social na era dos serviços**, 3º Edição, São Paulo: Cortez, 1998.
- MARTINELLI, Maria Lucia. **Identidade e alienação**, 10º Edição, São Paulo: Cortez, 2006.
- MAZZOTTI, Mariella. **O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres**, Seminário Regional, Montevideú, 2003.

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**/Brasília ,DF:Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

NETTO, José Paulo, 1947- ***Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.*** 9ª Edição, São Paulo: Cortez, 2006

PIRES,Sandra Regina de Abreu .**O instrumental técnico na trajetória histórica do serviço social Pós movimento de Reconceituação.**UEL,2008.

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PETI manual de orientações, Brasília, 2002 .

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI. Manual de Orientações Brasília: (sn), 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. ***O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.*** 3ª Edição, São Paulo: Cortez, 2006

SODRÉ, Nelson Werneck. ***Fundamentos do Materialismo Dialético.*** ed. Civilização Brasileira S.A: Rio de Janeiro,1968.

TEORIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL/CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCAMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS, 2º Edição, Rio de Janeiro, Agir, 1986 (Araxá, Teresópolis, Sumaré).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. Curitiba: Editora TESES, DISSERTAÇÕES.

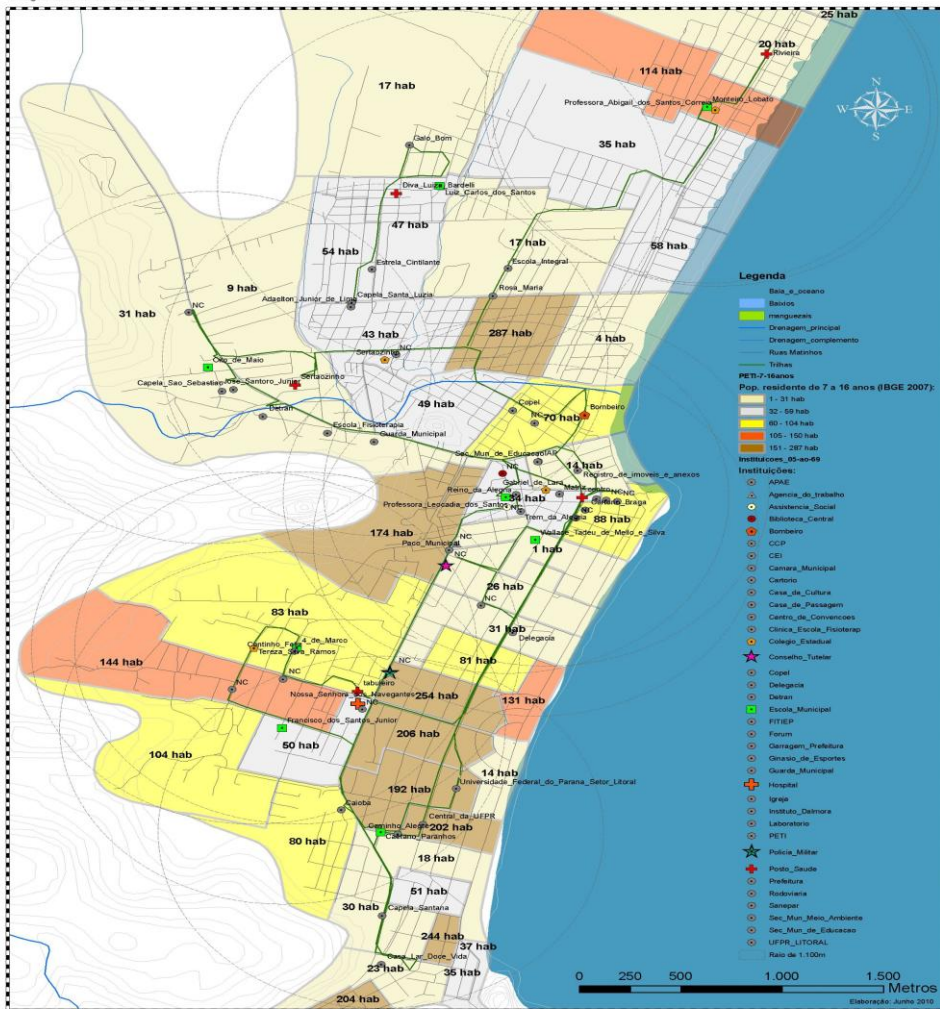
Wanderley, Mariângela Belfiore- **Sistema de informação em Gestão social.** ed.Educ: São Paulo , 1997.

## APÊNDICES

## A SEGUIR TODOS OS MAPAS PRODUZIDOS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral



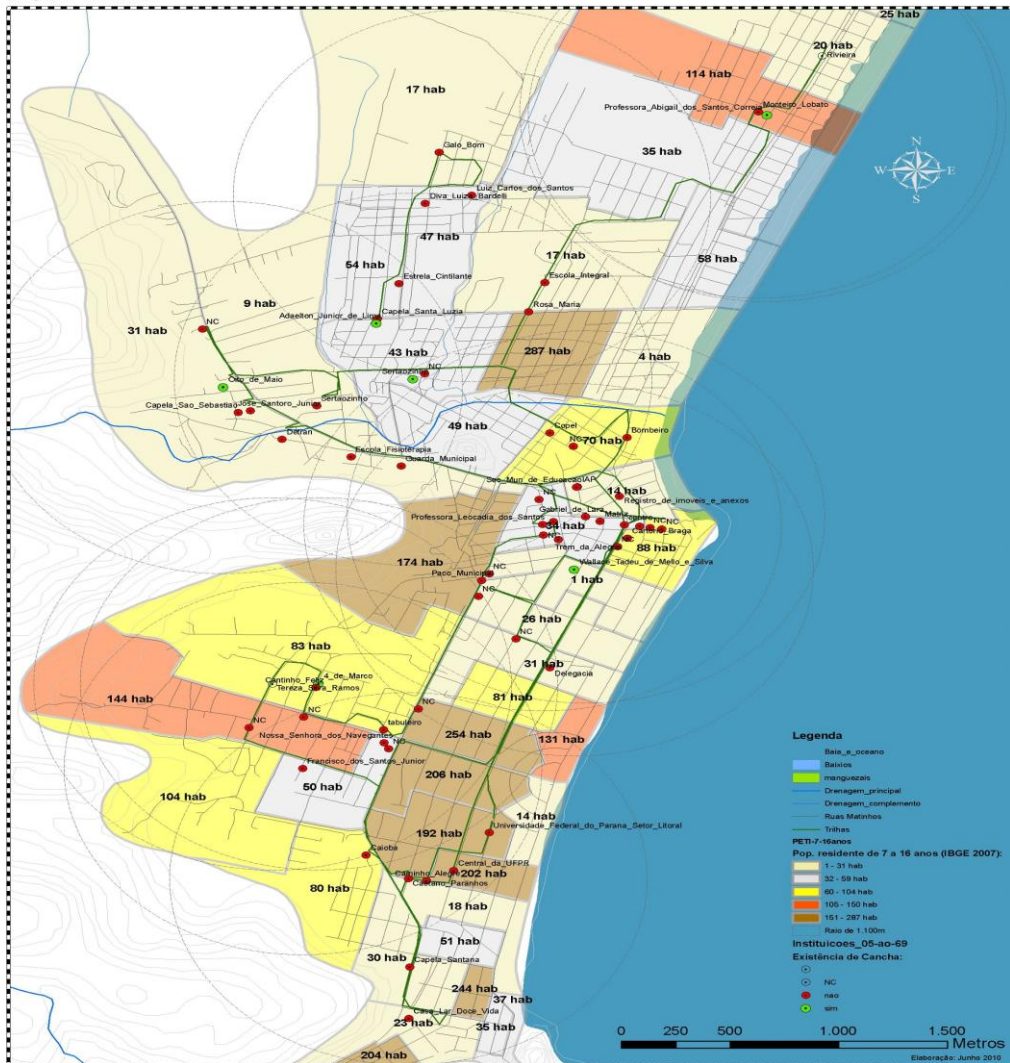
MAPA 1 - INSTITUIÇÕES SOCIO-ASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Entende-se que o enfrentamento ao trabalho infantil não cabe única e exclusivamente ao PETI, ou tão somente ao atendimento da criança e adolescente em sistema de contra turno. Há que se olhar para o grupo familiar como um todo. Neste sentido, há que se levar em conta as possíveis demandas que serão trazidas a partir desse olhar mais alongado. Demandas em relação à saúde, à educação, ao trabalho, ao acesso aos direitos, entre outros.

Desta forma, cabe reconhecer as diferentes instituições existentes no território e os serviços que oferecem. Tal mapeamento permite-nos pensar e executar ações que, conforme propõe Castells (1999), estabeleçam “nós” entre as diferentes instituições, articulando-se assim um trabalho em rede no que diz respeito ao enfrentamento do trabalho infantil no município.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

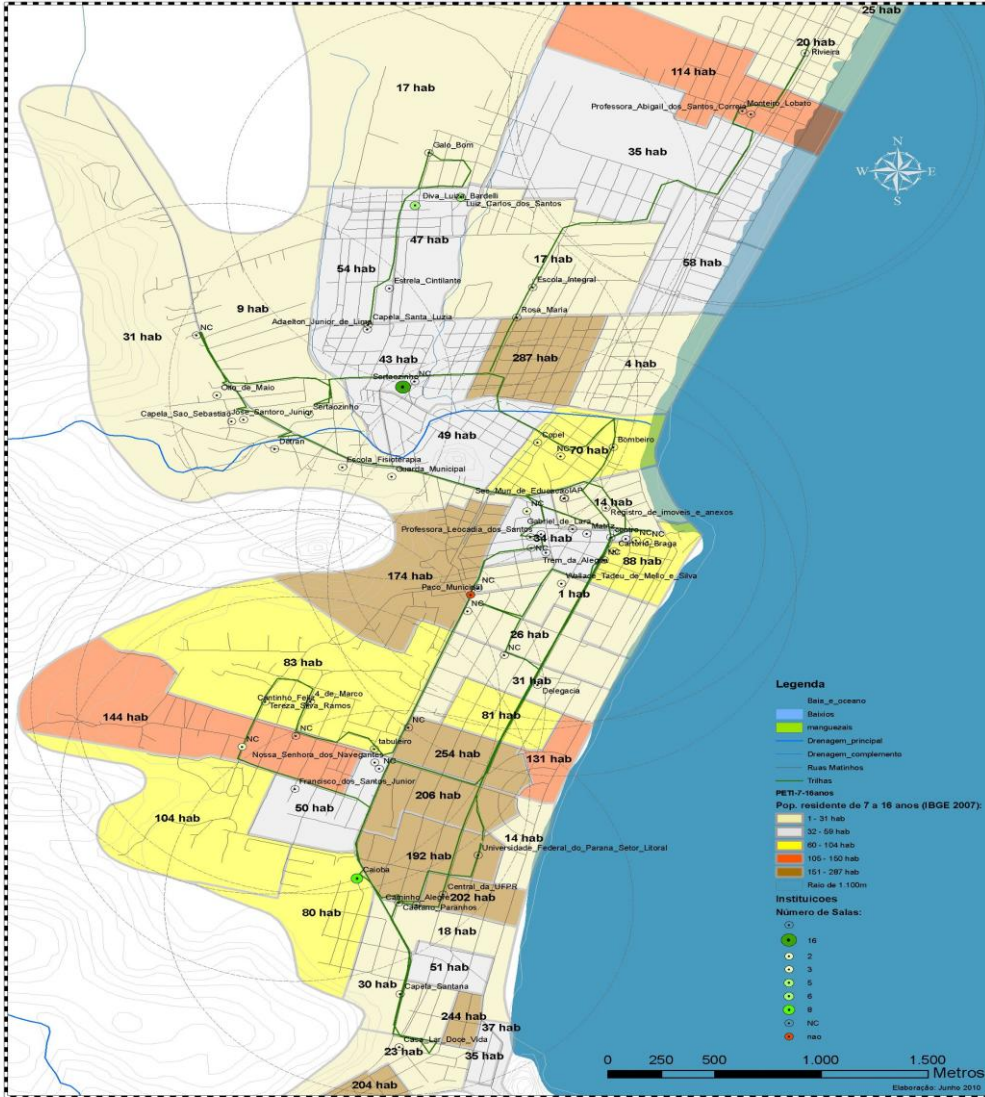


MAPA 2 - CANCHAS DE ESPORTES EXISTENTES NO MUNICÍPIO, A PARTIR DAS ESCOLAS PÚBLICAS  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Com estes dados os profissionais poderão marcar e desenvolver atividades esportivas, encontros de pais e mães, fórum, palestras, conferências municipais, gincanas, acampamentos de verão, apresentações e festas.

Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
 Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
 Geográficos - UFPR Litoral

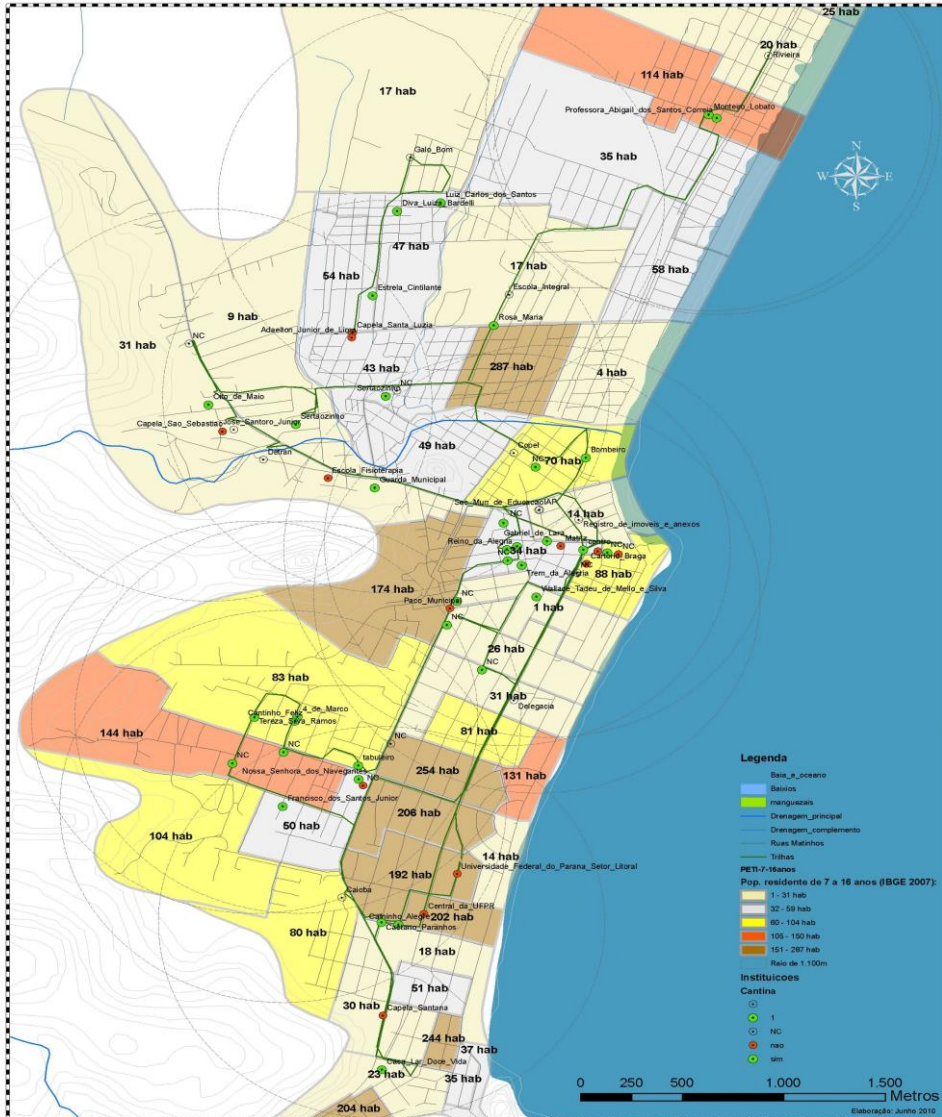


MAPA 3 - NÚMERO DE SALAS DE AULAS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO  
 FONTE: AS AUTORAS (2010)

A importância de se saber o número de salas de aula das escolas onde se encontram matriculados os alunos participantes do PETI, se dá pela importância de marcar reuniões, palestras, cursos e espaços alternativos para as férias de verão.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral



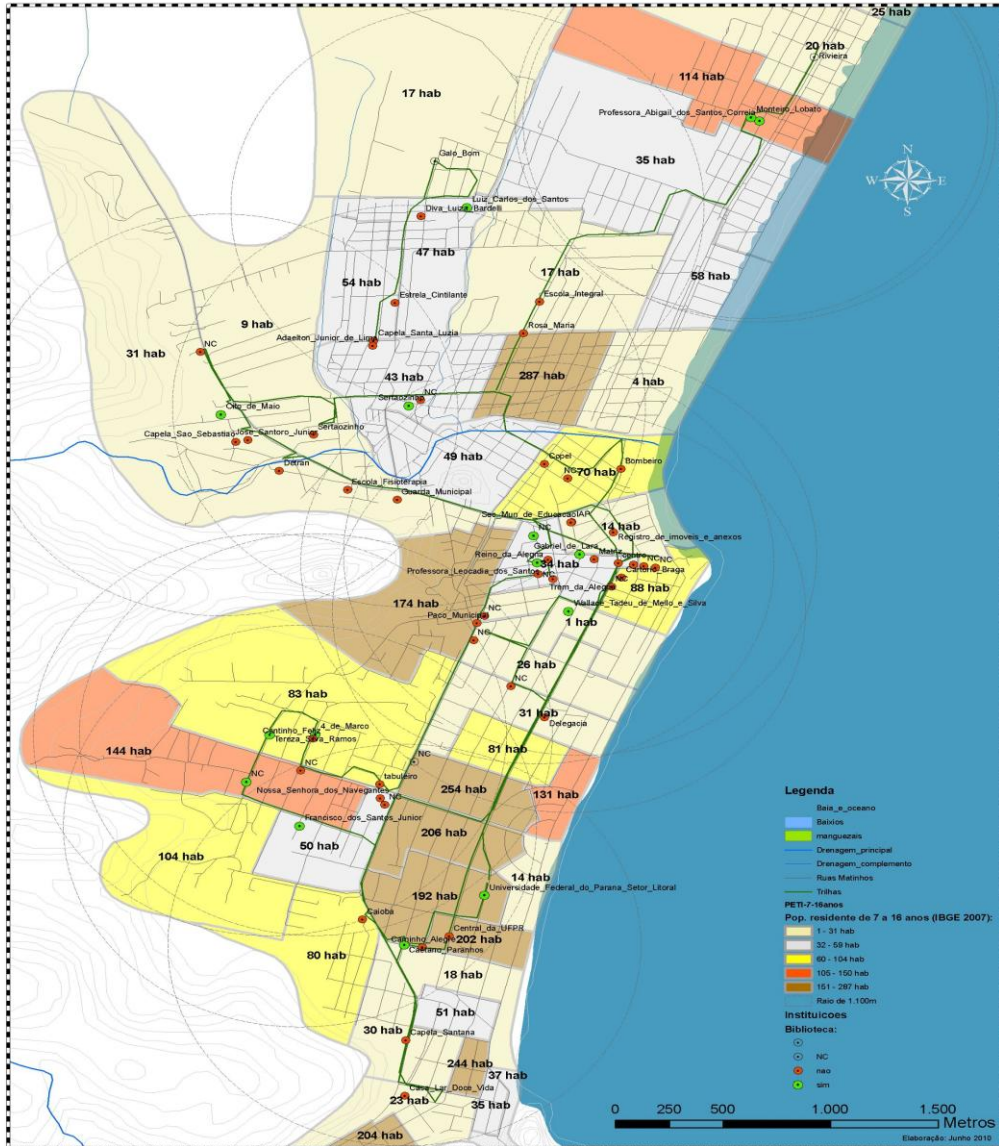
MAPA 4 - NÚMERO DE CANTINAS EXISTENTES NA REDE ESCOLAR  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Para marcar encontros, reuniões, palestras, cursos ou espaços alternativos para as férias de verão, faz-se necessário haver a preparação de lanche, café ou refeição, para acolher melhor os convidados e participantes.

Entretanto, entendemos que tais espaços podem servir inclusive para a oferta de cursos de qualificação, tais como

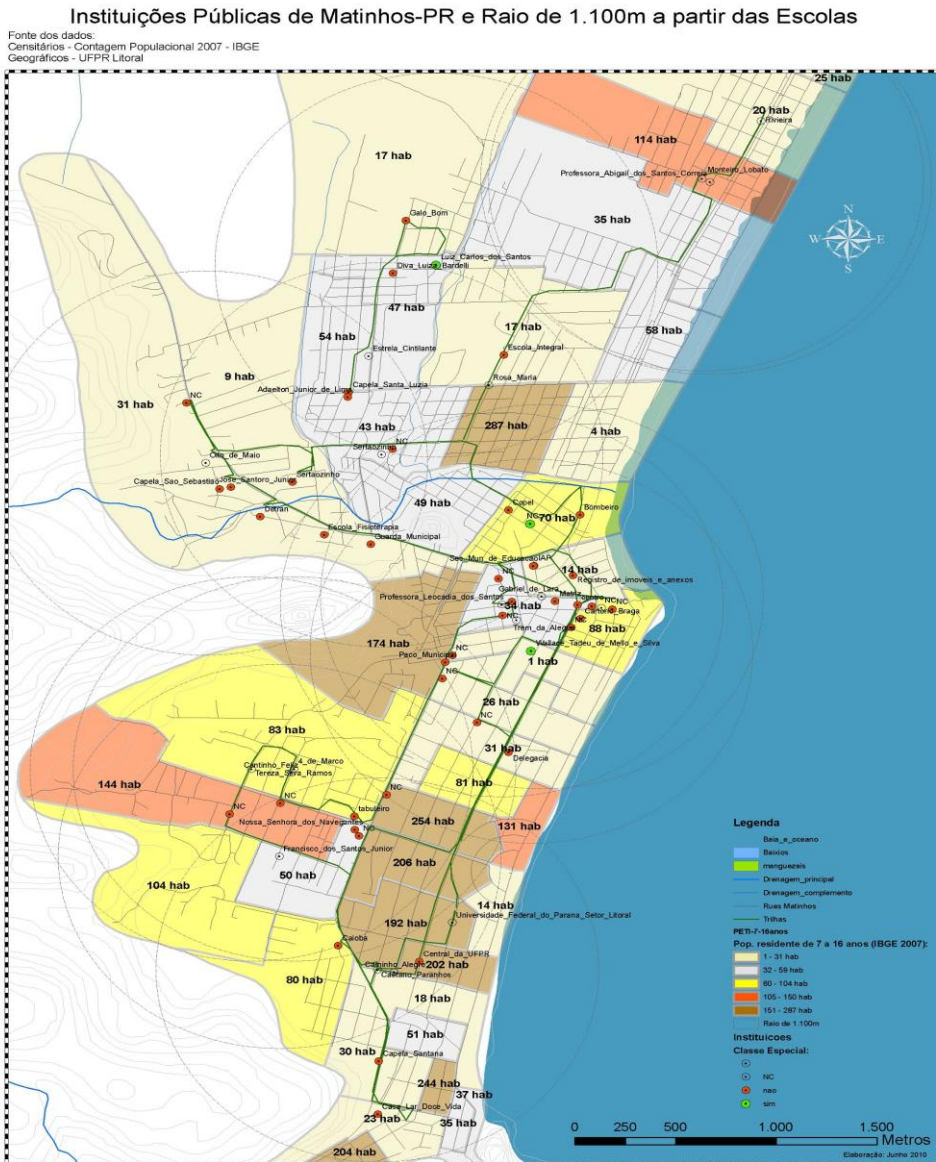
### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Cenários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFFPR Litoral



MAPA 5 - NÚMERO DE BIBLIOTECAS EXISTENTES NA REDE PÚBLICA  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Para a realização de trabalhos e pesquisas escolares, Incentivar crianças e adolescentes do programa a ler. Todas as escolas municipais e estaduais possuem biblioteca, também uma outra opção é a biblioteca municipal, que empresta livros para toda a comunidade.

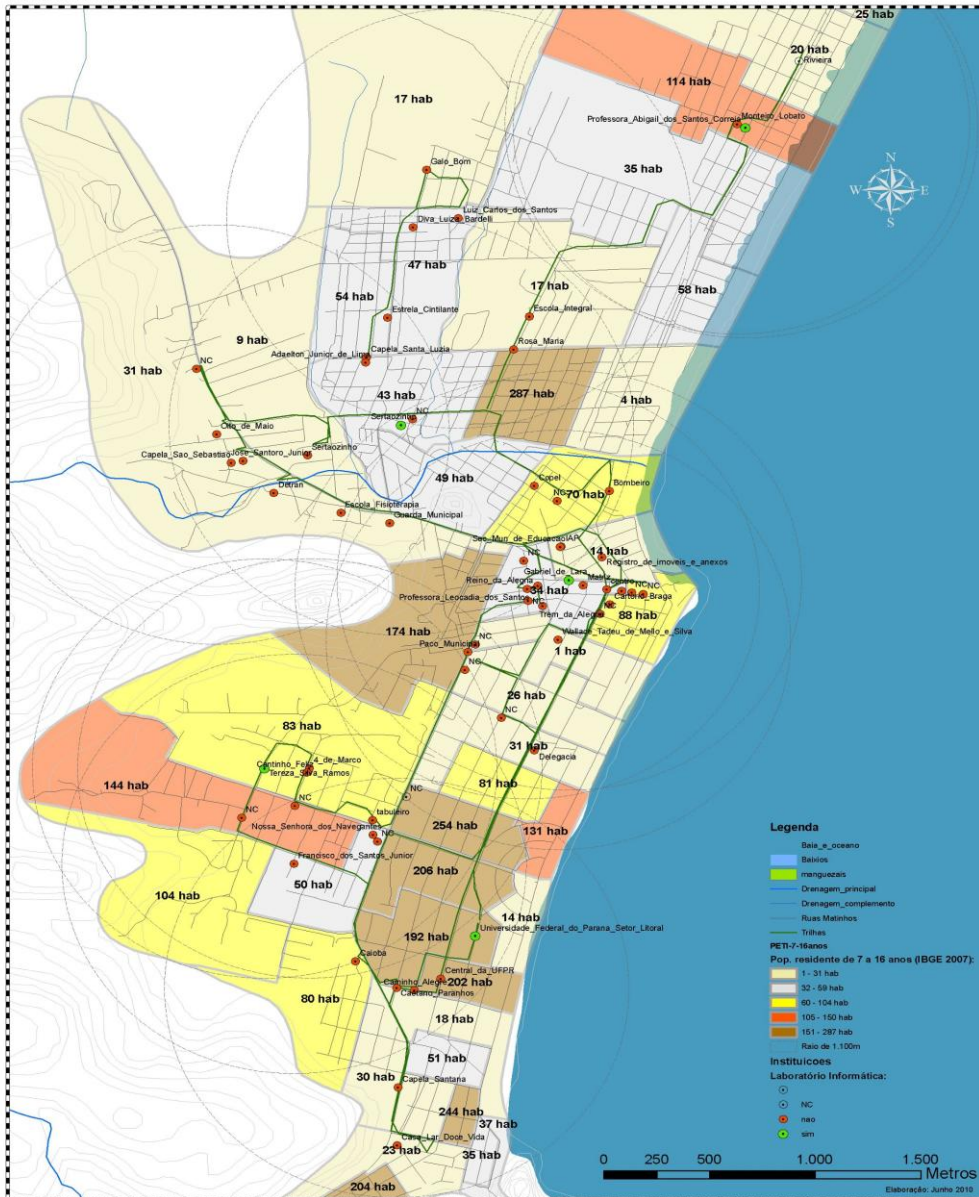


**MAPA 6 - NÚMERO DE ESCOLAS COM CLASSE ESPECIAL**  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

No município, três escolas possuem classe especial atendendo alunos matriculados, o atendimento para a população em geral centraliza-se na Associação de Pais e Alunos Excepcionais (APAE), atendendo toda a comunidade que dela necessita.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

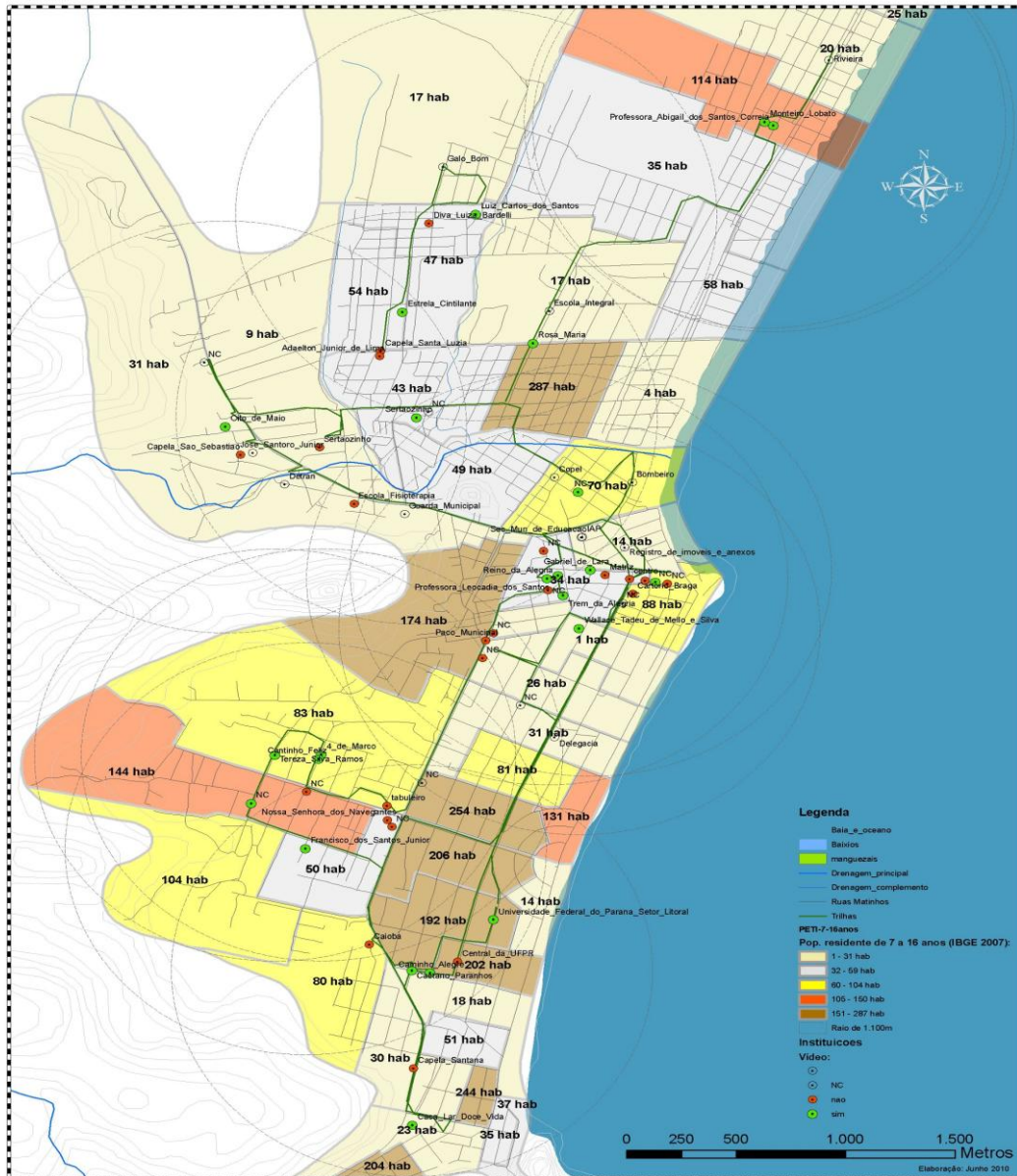


MAPA 7 - ESCOLAS QUE POSSUEM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Apenas uma escola municipal possui laboratório de Informática. Já as escolas Estaduais que se encontram estudando as crianças e jovens do programa possuem laboratório, além disso, a Universidade Federal do Paraná é um espaço aberto à comunidade e ótima opção para oferecer atividades em seu espaço de informática a toda a família do programa.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

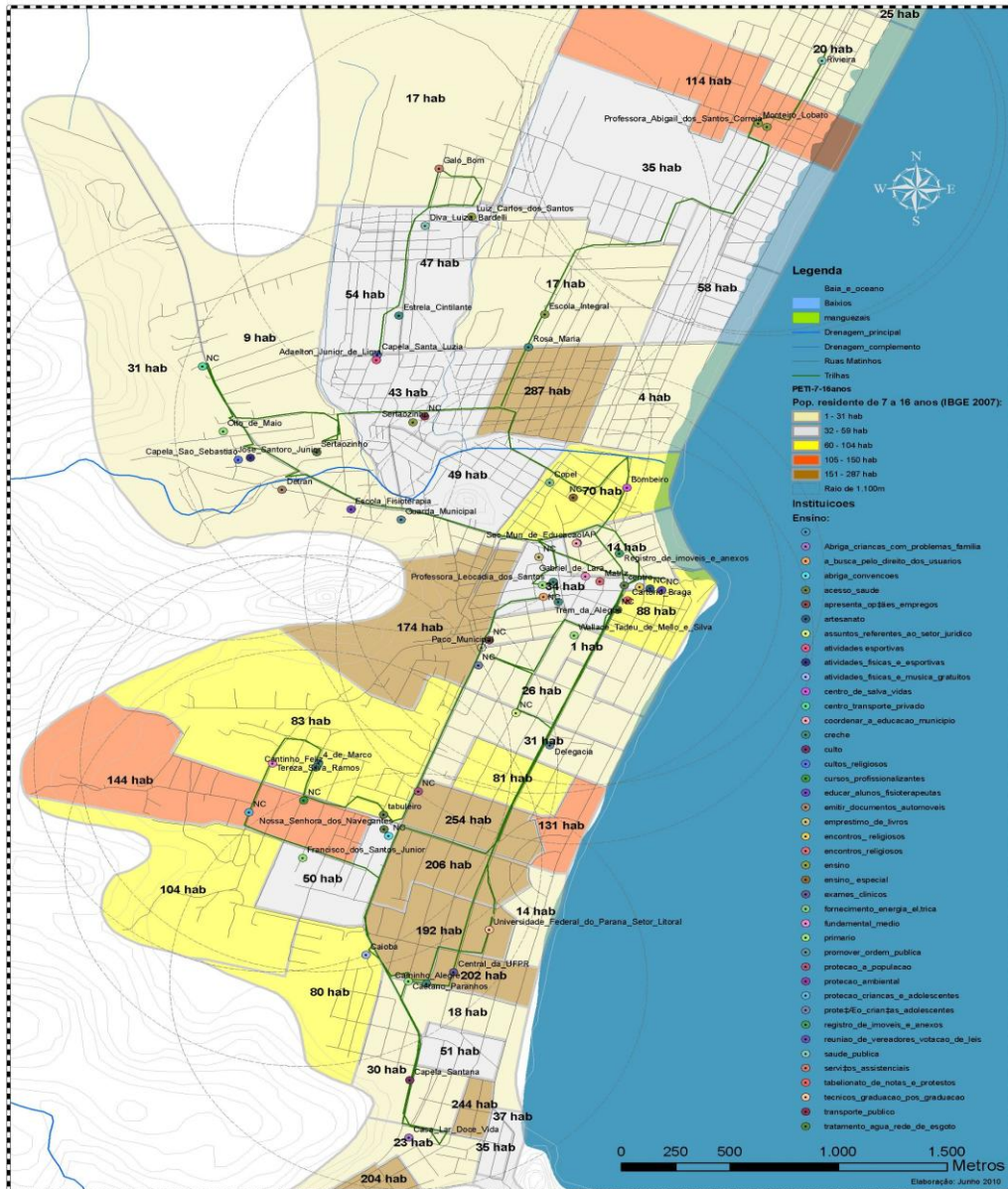


MAPA 8 - ESCOLAS COM SALA DE VÍDEO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Para enriquecer os encontros, palestras e atividades, a sala com vídeo torna a reunião mais dinâmica e facilita a visualização das apresentações.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

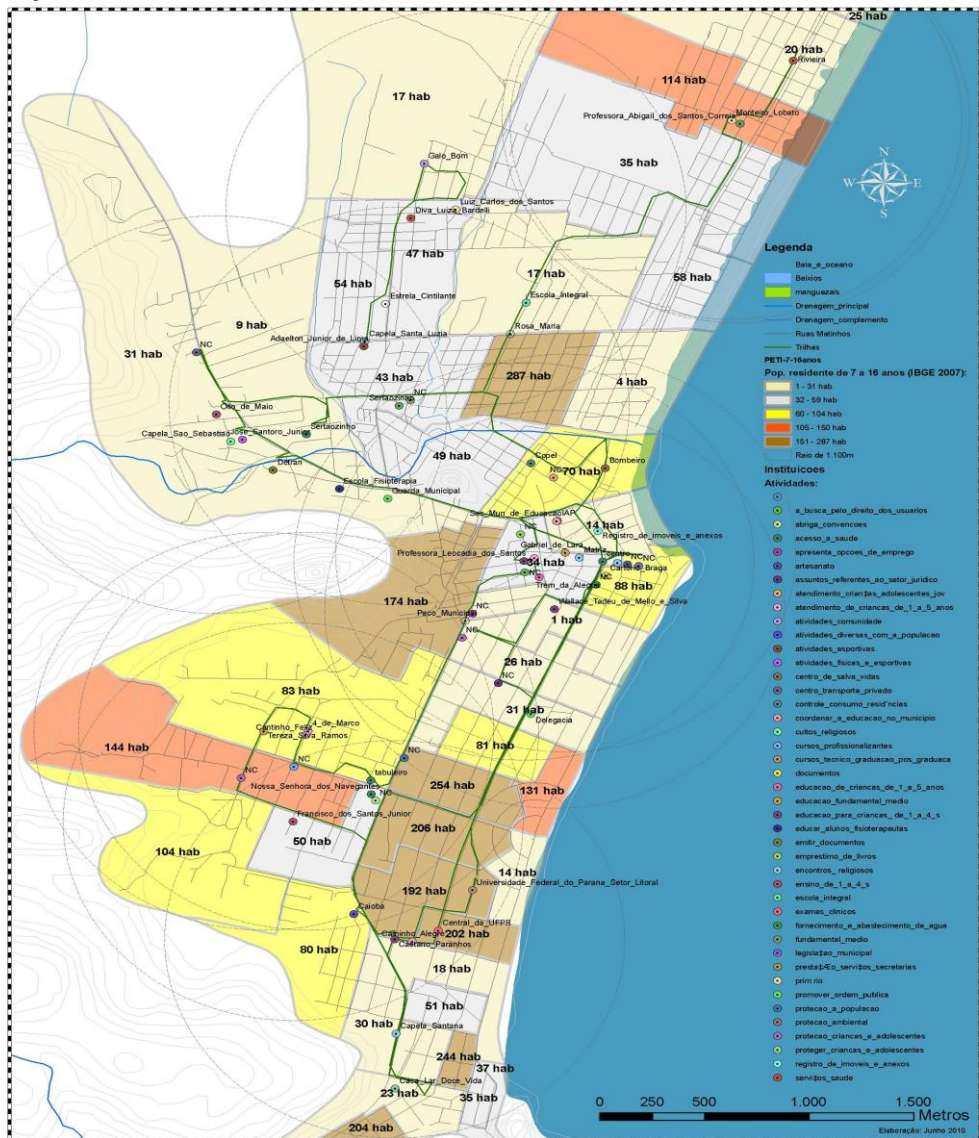


MAPA 9 - TIPO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Conhecendo os espaços escolares tanto municipais quanto estaduais facilitará o acompanhamento do desenvolvimento escolar e frequência, visto que é uma das exigências do programa. A Universidade é outro espaço de aprendizagem, no qual podem ser realizadas inúmeras atividades com os projetos de alunos e professores universitários.

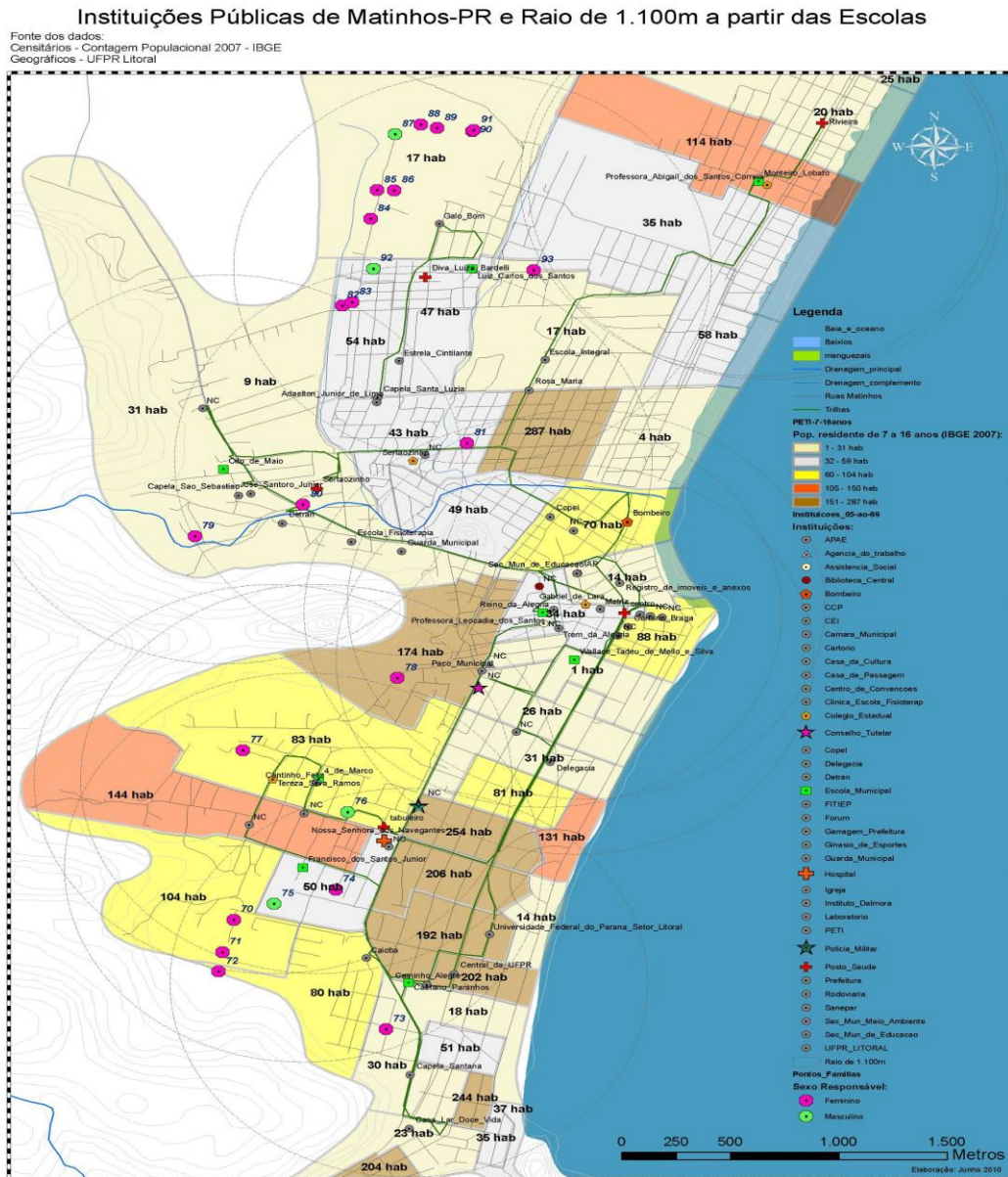
### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFR Litoral



MAPA 10 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS INSTITUIÇÕES  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Conhecer os vários espaços que desenvolvem atividades gratuitas é um facilitador das demandas e encaminhamentos do profissional junto às famílias, sendo um meio de geração de renda e proteção a estas mesmas famílias.

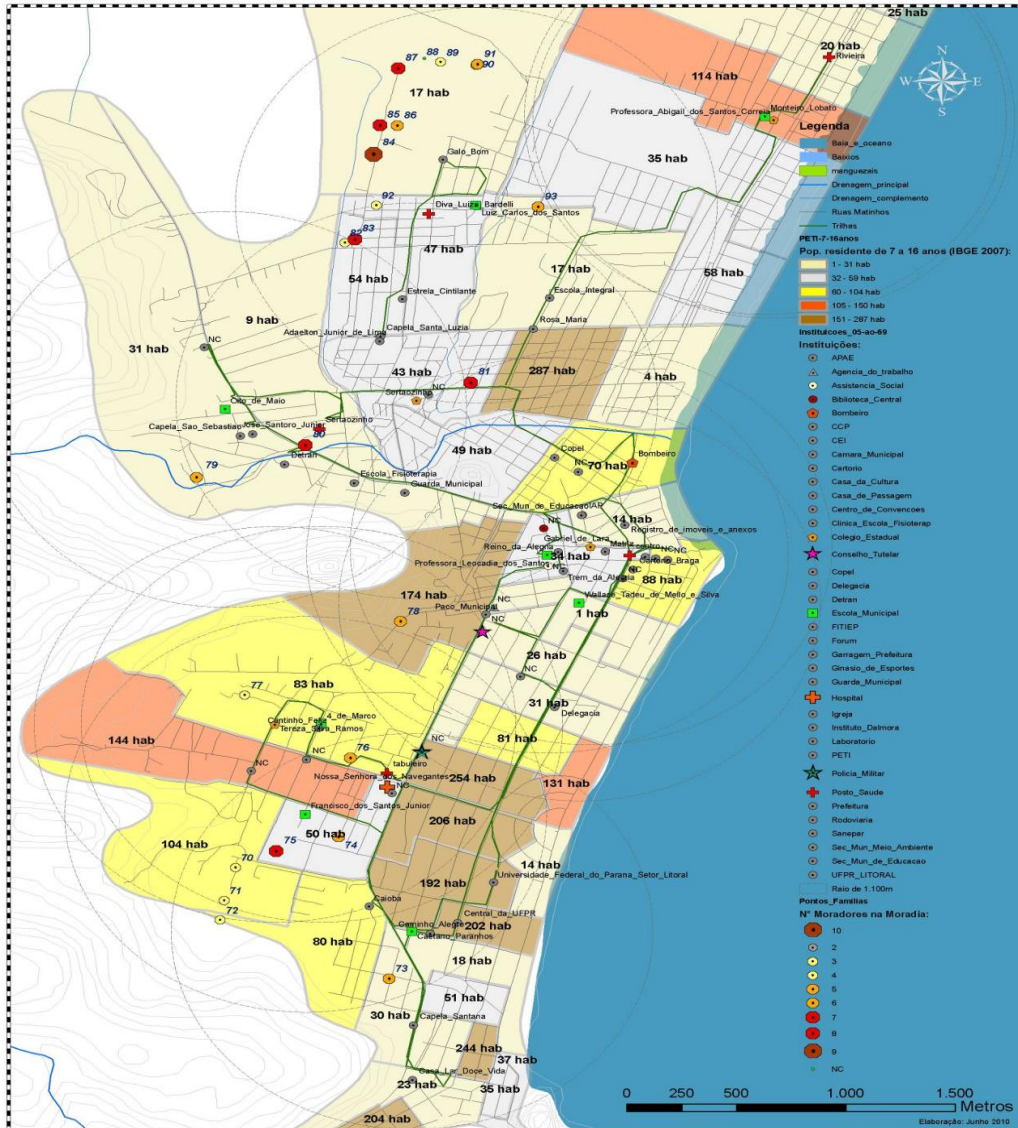


**MAPA 11 - FAMÍLIAS PETI E O RESPONSÁVEL PELO GRUPO FAMILIAR, SEGUNDO O GÊNERO**  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Das 29 famílias, quatro homens são responsáveis pelo Cadastro Único e os demais inscritos no programa são de responsabilidade das mulheres, propondo como ação cursos, palestras e encaminhamentos para essa parcela de inscritos.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

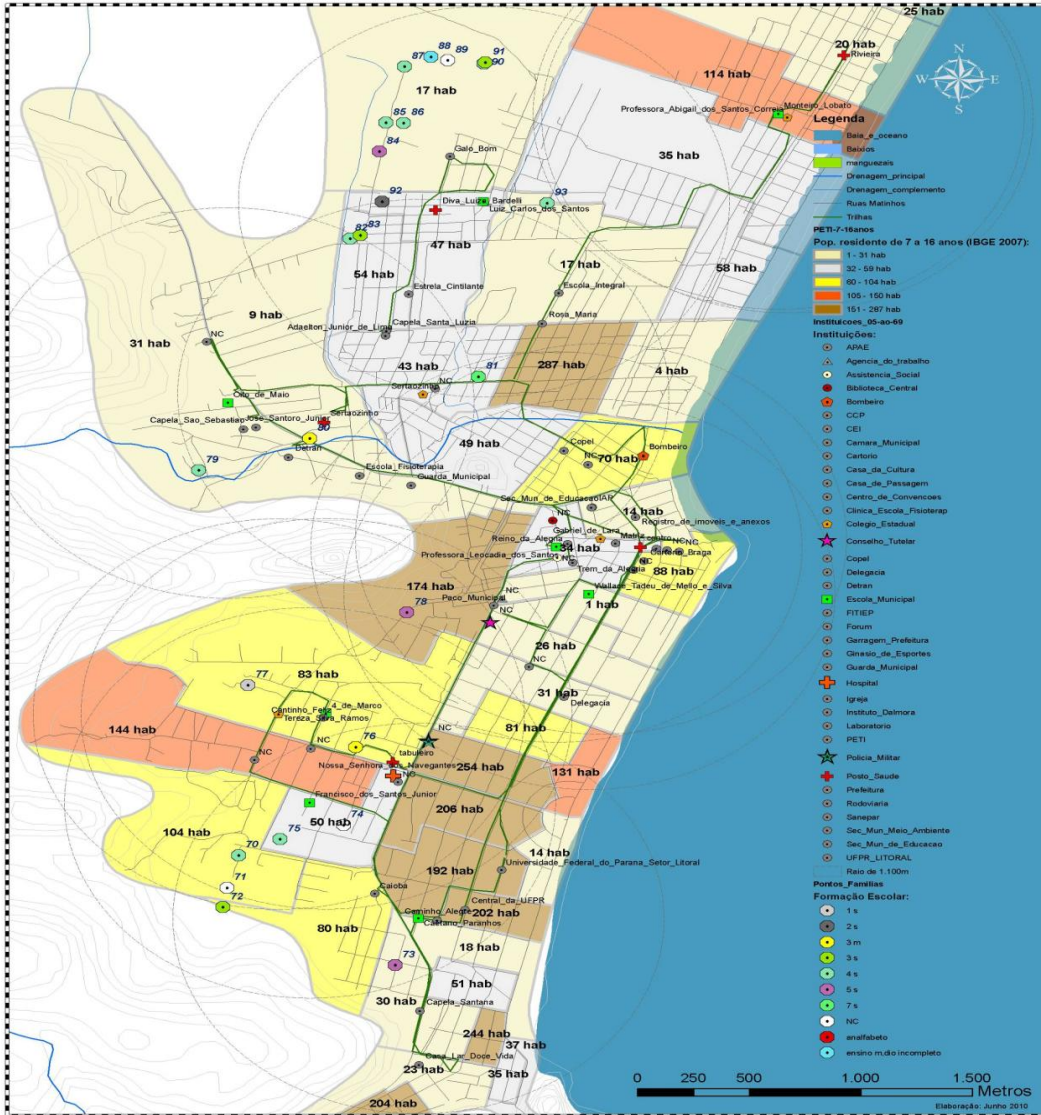


MAPA 12 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO NÚMERO DE MORADORES  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

O número de moradores traz uma visão ampla de atendimentos, como atualizar os cadastros, acompanhamento da criança e do adolescente, encaminhamento para especialistas, pedir a colaboração quanto ao comportamento dos filhos tanto no PETI como na escola e sociedade, passar informação sobre cursos de interesses, informar sobre palestras e reuniões.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

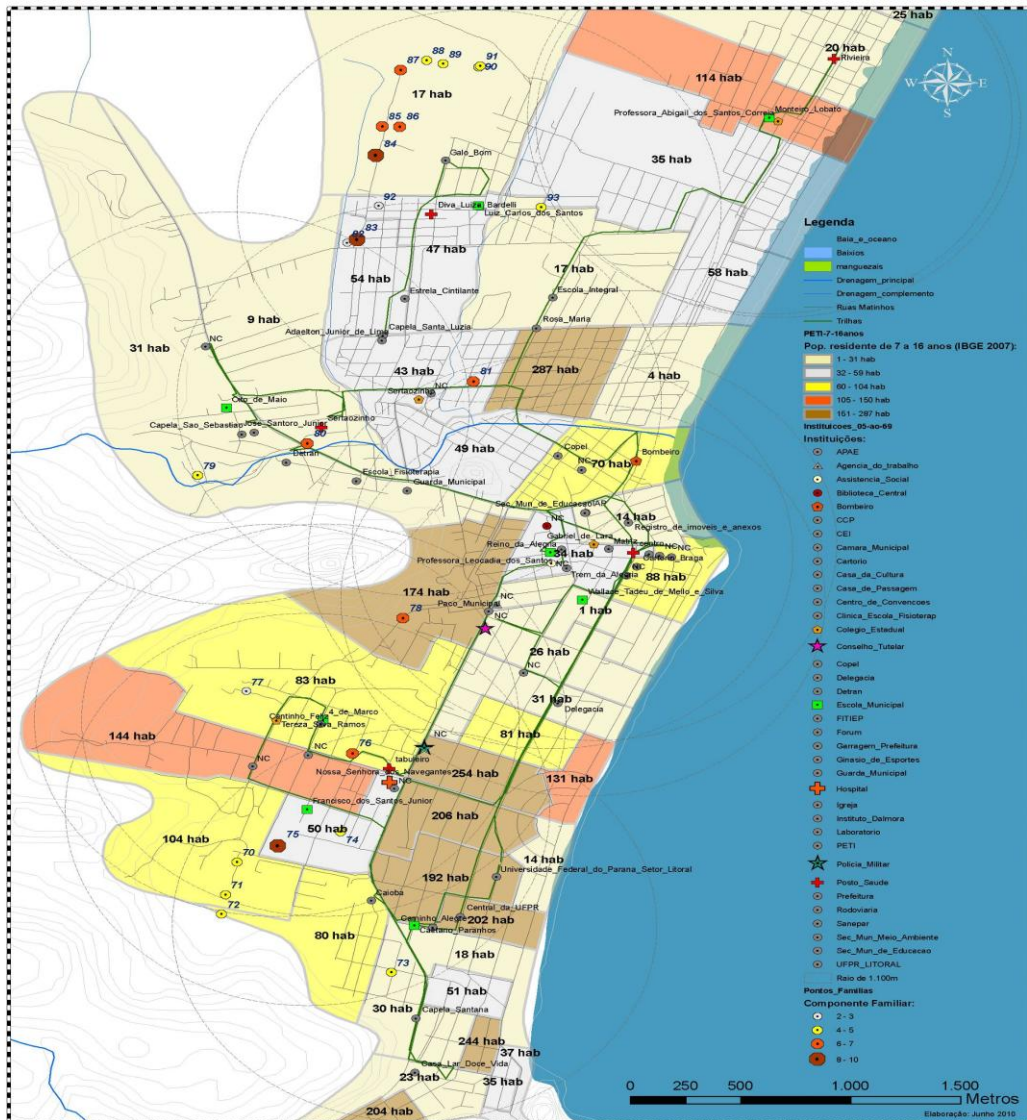


MAPA 13 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO A ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELO GRUPO  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Um dado fundamental na pesquisa, pois através dele observamos que a formação educacional é de extrema importância na busca da compreensão de mundo, para a qualidade de vida de cada indivíduo, com uma visão crítica quanto à realidade local e busca de melhorias.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Cenitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral



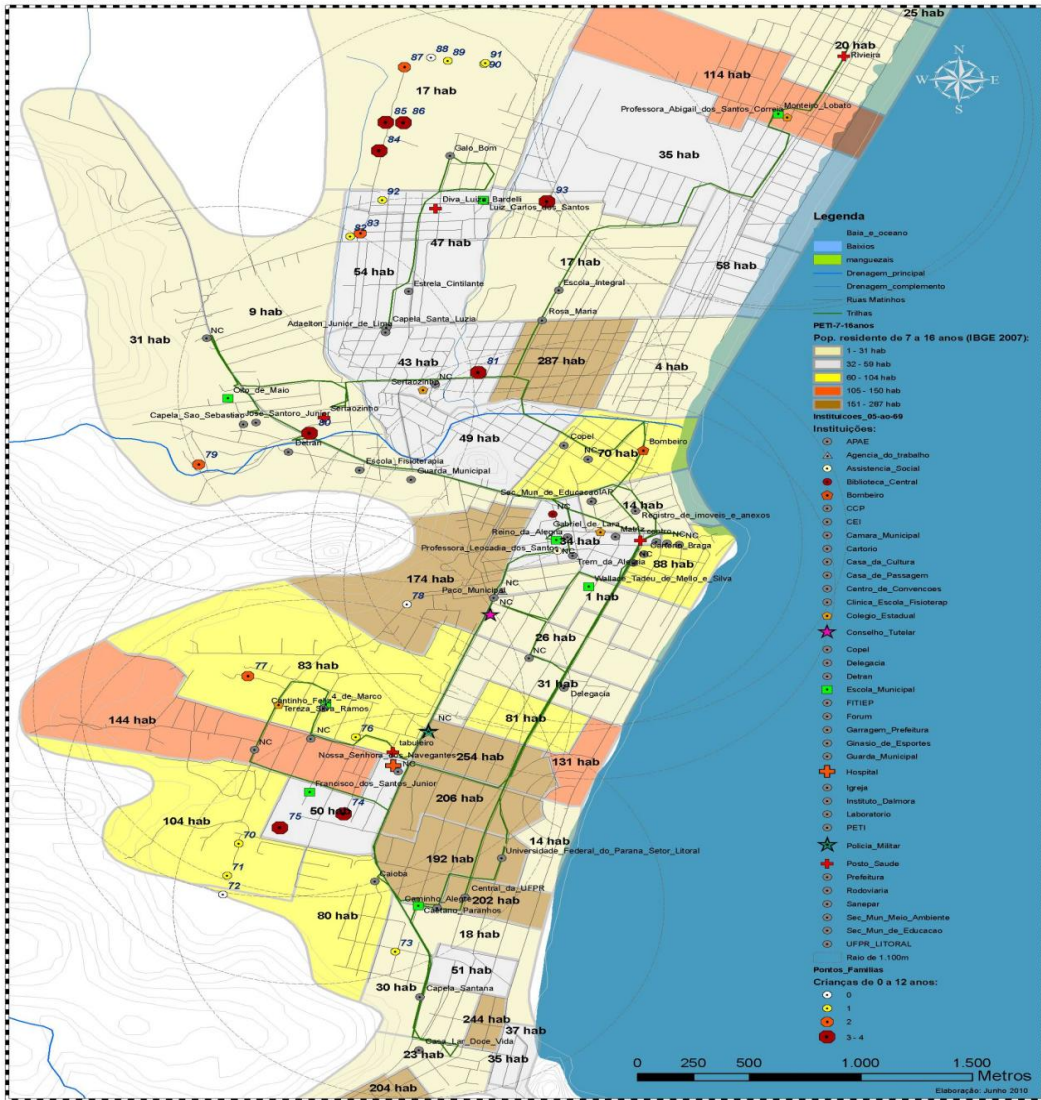
### MAPA 14 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O NÚMERO DE COMPONENTES FAMILIARES

FUNTE: AS AUTORAS (2010)

Esse dado dará aos profissionais uma totalidade do público usuário que atenderá no programa sendo possível encaminhamentos às políticas públicas como o auxílio à bolsa família, bolsa PETI, programa do leite, luz fraterna ou outros programas de baixa renda.

Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
 Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
 Geográficos - UFPR Litoral



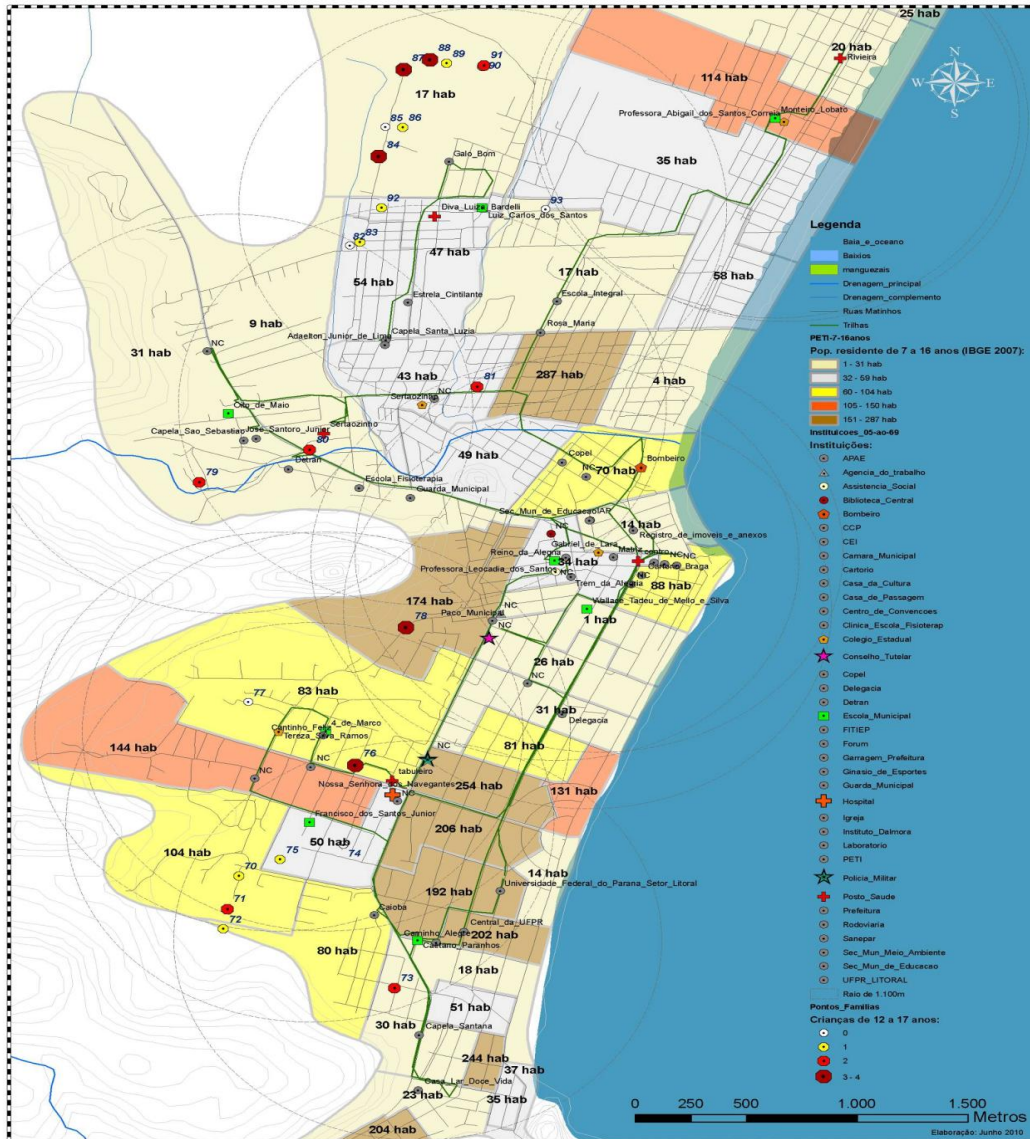
MAPA 15 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 12 ANOS

FONTE: AS AUTORAS (2010)

Dinâmica socioeducativas: saúde, prevenção de acidentes, reforços e acompanhamento escolar.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

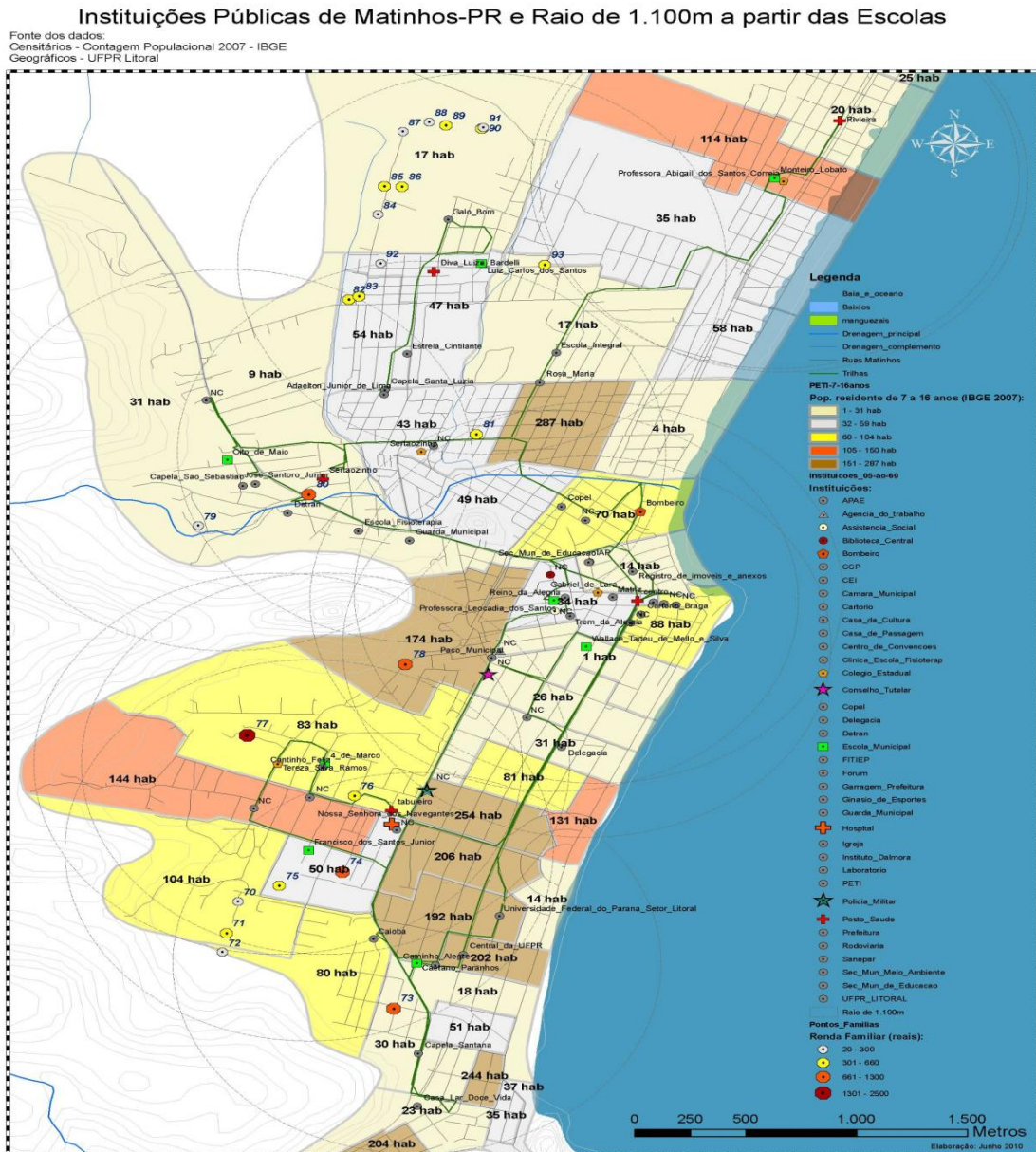
Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral



MAPA 16 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O NÚMERO DE ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS

FONTE: AS AUTORAS (2010)

Dinâmicas socioeducativas, saúde, prevenção de acidentes e doenças, acompanhamento escolar, encaminhamento para menor aprendiz.

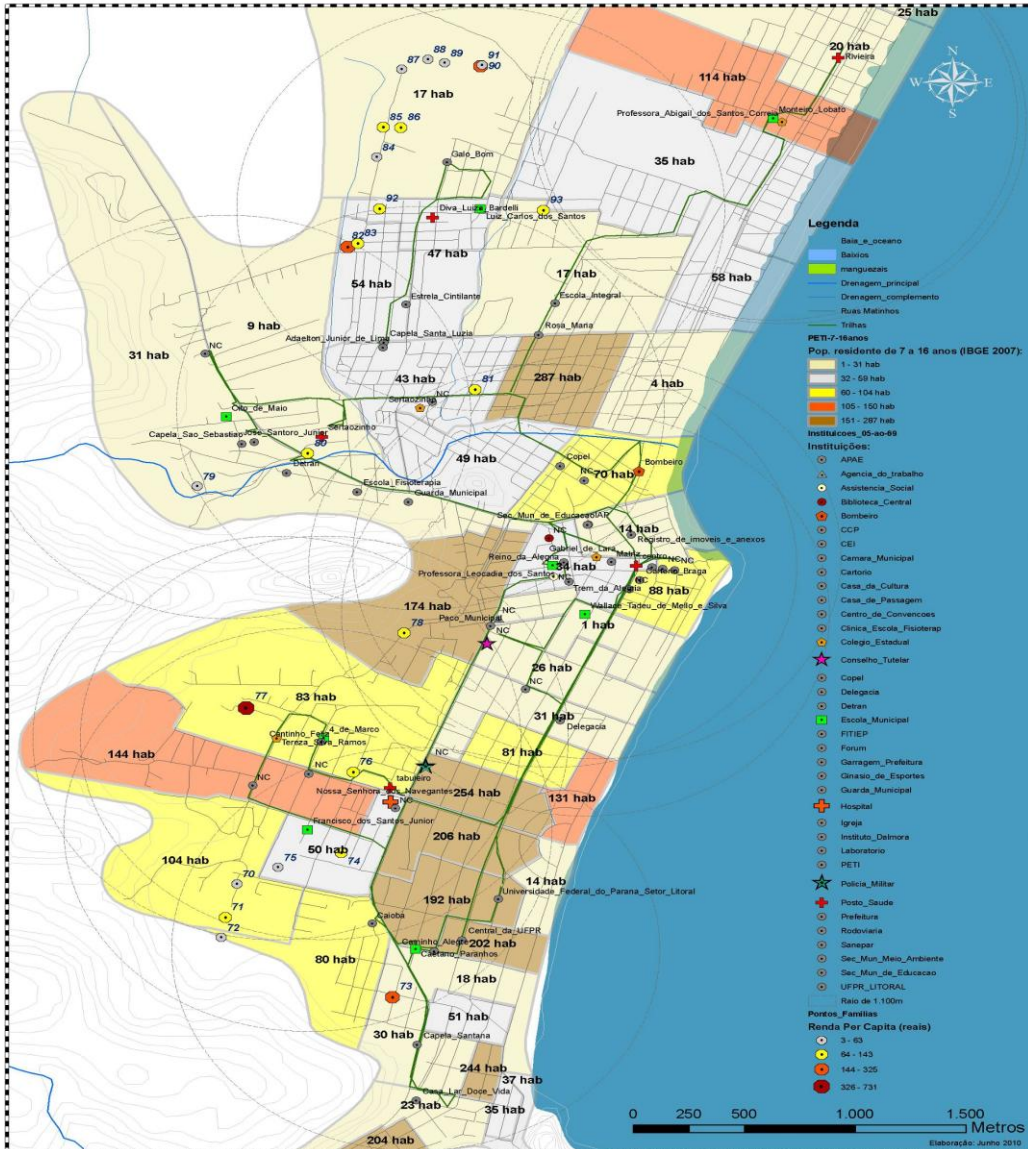


MAPA 17 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Execução de política pública de geração de renda para aumentar recursos financeiros para uma melhor qualidade de vida.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

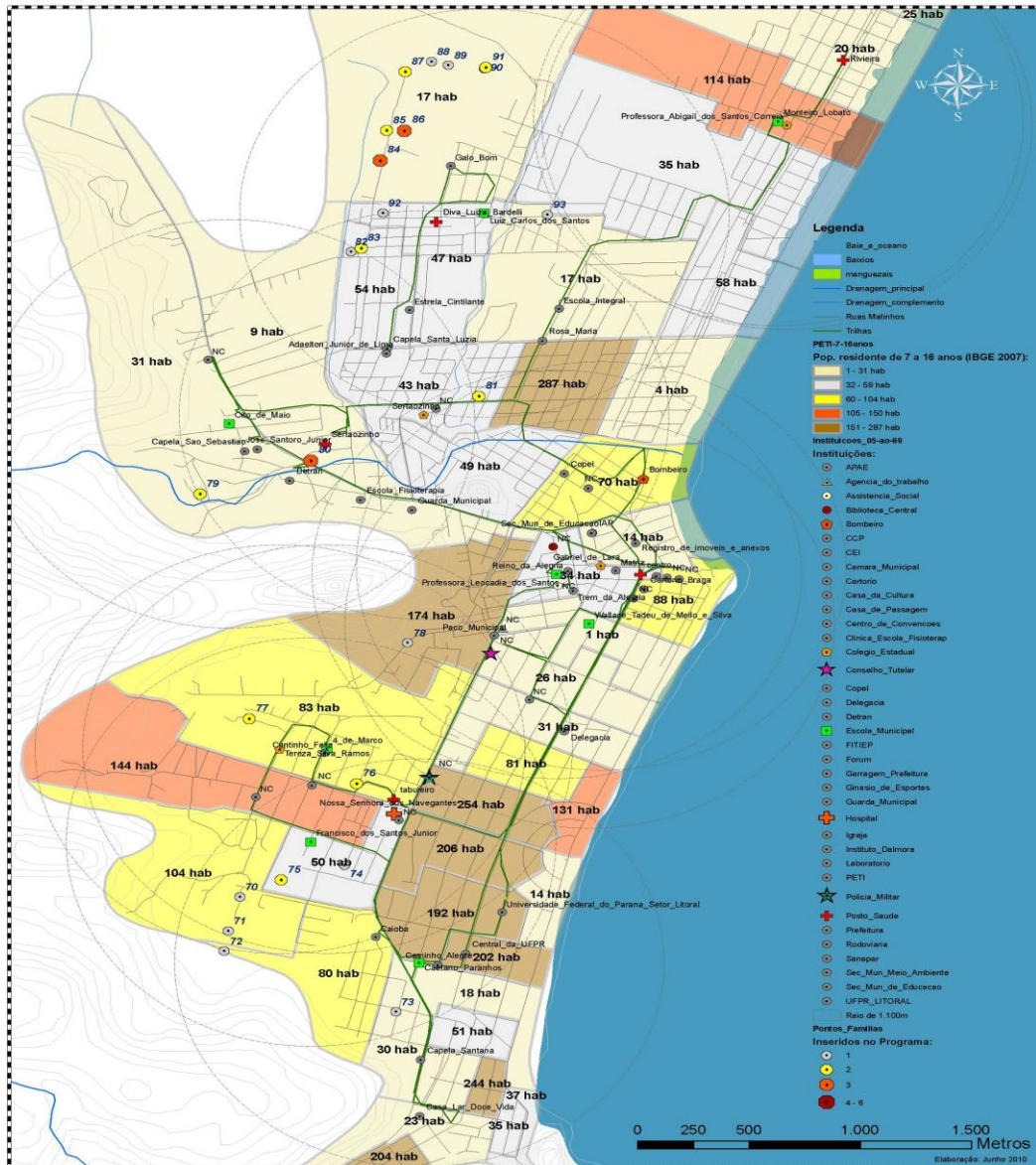


MAPA 18 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO A RENDA PER-CAPITA  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Encaminhar a programas sociais de baixa renda e bolsas destinadas aos programas socioassistenciais.

### Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

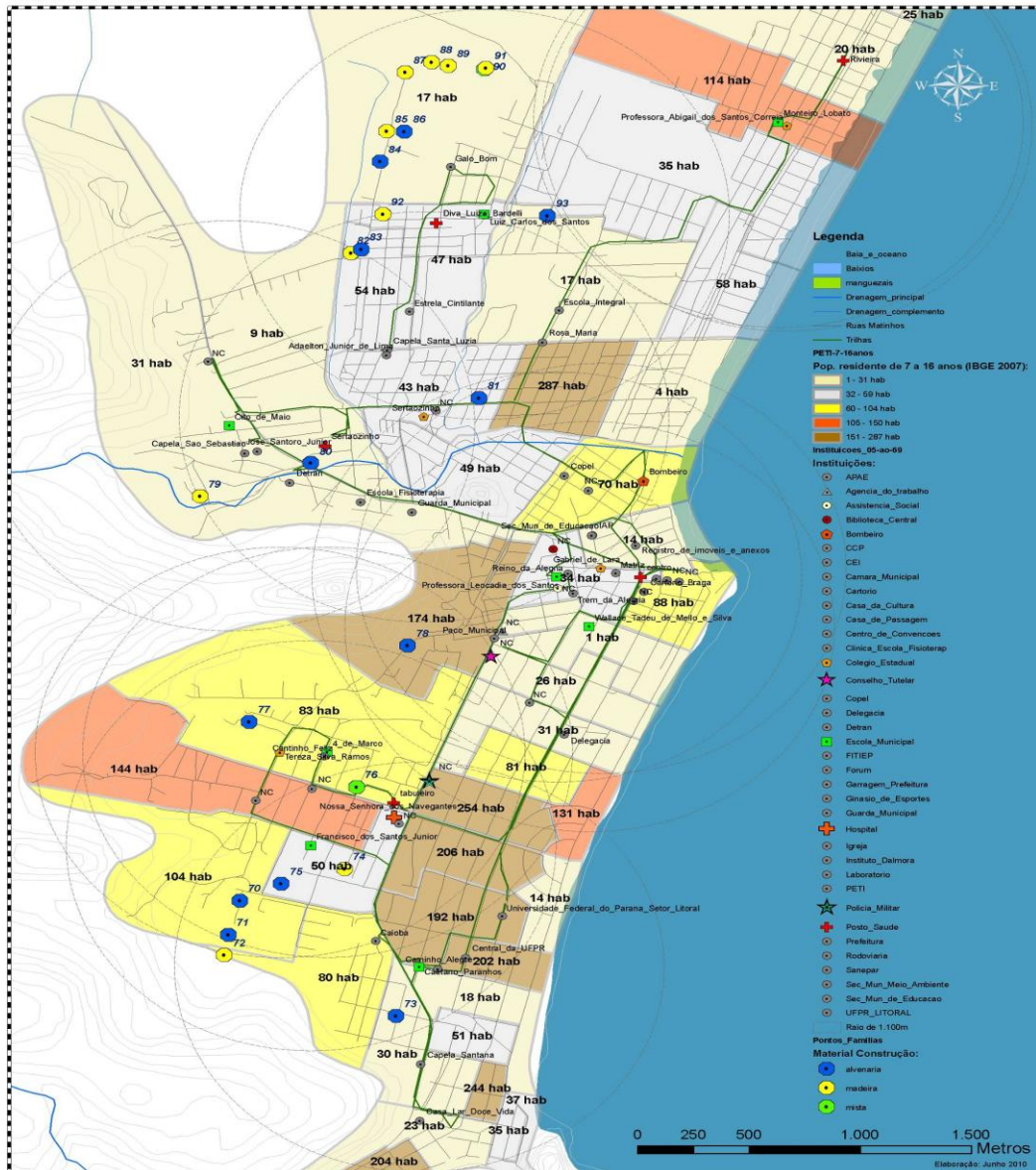


MAPA 19 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS INSERIDOS NO PROGRAMA  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Das 29 famílias somam-se 52 crianças e adolescentes atendidos no núcleo A, com o propósito de tirá-los do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, daquele trabalho que coloque em risco sua saúde e segurança.

## Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral

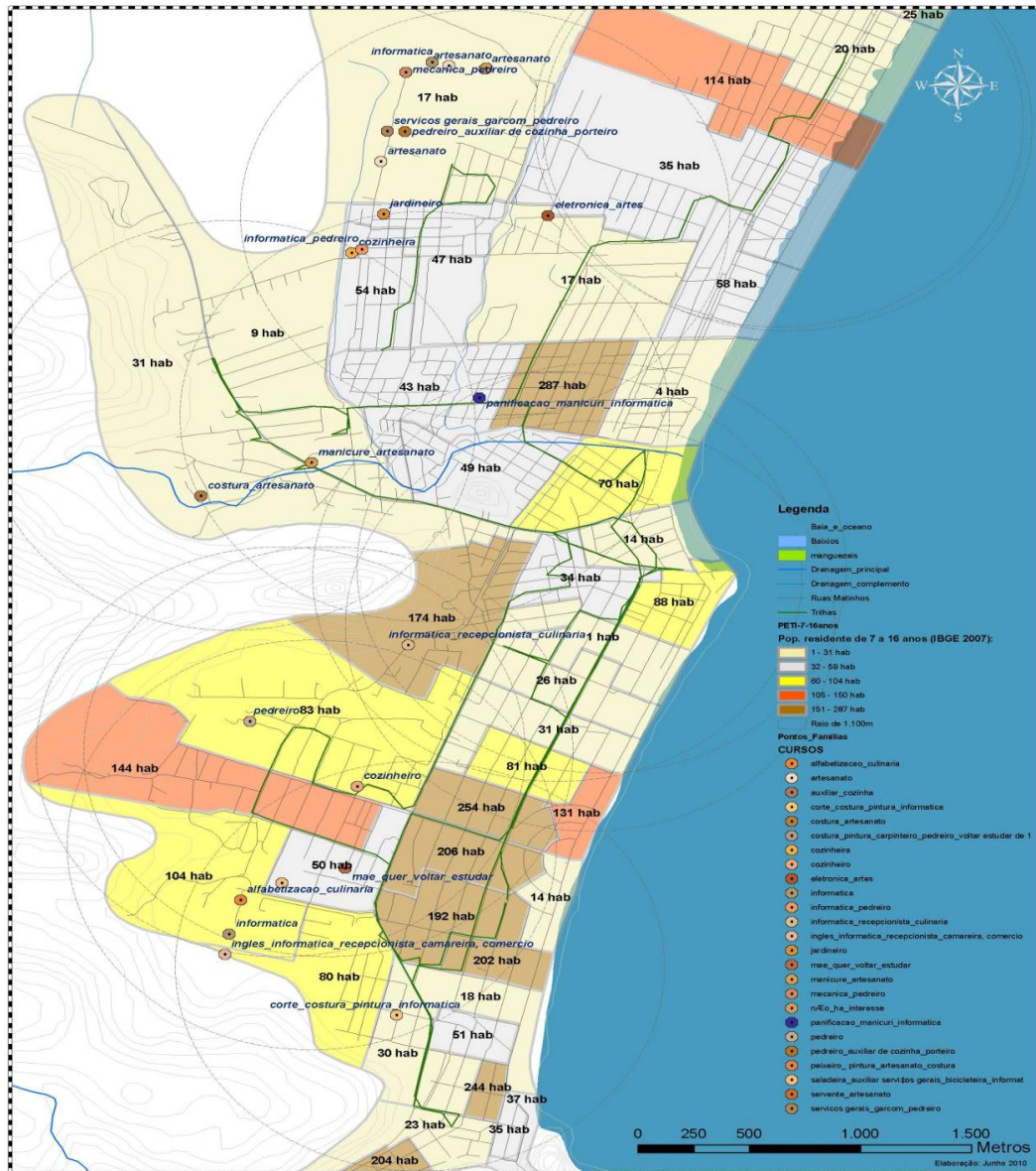


MAPA 20 - FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO O TIPO DE MORADIA  
FONTE: AS AUTORAS (2010)

Propor às políticas públicas ações voltadas para programas de moradia, saneamento básico, onde as famílias possam desfrutar moradias com segurança e melhor qualidade de vida.

Instituições Públicas de Matinhos-PR e Raio de 1.100m a partir das Escolas

Fonte dos dados:  
Censitários - Contagem Populacional 2007 - IBGE  
Geográficos - UFPR Litoral



MAPA 21- FAMÍLIAS PETI, SEGUNDO OS INTERESSES EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO

FONTE: AS AUTORAS (2010)

Promoção, geração de renda e inclusão social para que cada indivíduo protagonize sua história e faça parte da construção das propostas de geração de renda.